

Volume 7, Número 2 - ISSN 2178-3829



# ESPAÇO ACADÊMICO

**MULTIVIX**

SERRA

**ISSN 2178-3829**

**REVISTA ESPAÇO ACADÊMICO**

**Volume 7, número 2**

**Serra**

**2017**

## **EXPEDIENTE**

**Publicação Semestral**

**ISSN 2178-3829**

**Temática: Multidisciplinar**

**Revisão Português**

Leandro Siqueira Lima

**Capa**

***Marketing* Faculdade Capixaba da Serra/Multivix Serra**

Espaço Acadêmico / Faculdade Capixaba  
da Serra / – Serra: (jul/dez. 2017).  
Semestral  
ISSN 2178-3829  
1. Produção científica – Faculdade  
Capixaba da Serra. II. Título

***Os artigos publicados nesta revista são de inteira responsabilidade de seus autores e não refletem, necessariamente, os pensamentos dos editores.***

**Correspondências**

**Coordenação Acadêmica**

Rua Barão do Rio Branco, nº 120, Colina de Laranjeiras

29.167-183 – Serra – ES

e-mail: [michelli.silva@multivix.edu.br](mailto:michelli.silva@multivix.edu.br)

## **FACULDADE CAPIXABA DA SERRA**

### **DIRETOR EXECUTIVO**

Tadeu Antônio de Oliveira Penina

### **DIRETORA ACADÊMICA**

Eliene Maria Gava Ferrão Penina

### **DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO**

Fernando Bom Costalonga

#### **Diretor Geral**

Helber Barcellos da Costa

#### **Coordenadora Acadêmica**

Michelli dos Santos Silva

#### **Bibliotecária**

Alexandra Barbosa Oliveira

#### **Conselho Editorial**

Eliene Maria Gava Ferrão

Michelli dos Santos Silva

#### **Comitê Científico**

Aldomar Nascimento Junior	Sheila de Souza Muritiba
Andressa Ribeiro Fogos	Silvana dos Santos
Caroline de Paula Correa Bezerra	Tatiana de Santana Vieira
Donaldson Rodrigues Thompson	Valber Ricardo dos Santos
Flavio Morais de Souza	Vitor Folador Gonçalves Lucas de Almeida Gama
Joaozito Cabral Amorim Junior	Aline Ximenes Fragoso"
Leandro Siqueira Lima	Ana Paula Schwanz da Silva
Lorena Jordoni Simoes	Nathalie Tristão Banhos Delgado de Lima
Lorena Nascimento Ferreira	Julia Delboni de Oliveira
Marcos Ferreira Santos	Ruy Anderson Santos Martins
Moacir Cezar da Vitoria Junior	Luciano Marchesi Marques
Oscar Omar Carrasco Delgado	Fernanda Silva de Almeida Resende
Paulo Roberto Nunes Scarpatti	Renata Silva Jorge
Priscila Alves de Freitas	Luciano Marchesi Marques
Roberta Daniel de Carvalho Fernandes Borba	Fernanda Silva de Almeida Resende
Roger da Silva Rodrigues	
Romulo Henrique Arpini	

## **APRESENTAÇÃO**

A Revista Espaço Acadêmico configura-se como um espaço de debate permanente, de modo a permitir o intercâmbio de experiências e o aprimoramento da capacidade crítica-reflexiva de seus autores e leitores. Afinal, o ritmo frenético da contemporaneidade impõe desafios que estão além da condição de mera reprodução de conhecimentos teóricos já existentes.

O número apresentado aborda temas de constante discussão nessa sociedade atual, que se apresenta com valores materiais excessivos, tais como a espiritualidade no campo organizacional, a representatividade das culturas na educação infantil e as tecnologias como ferramentas para a transformação da coletividade. É fundamental que temas como esses sejam extensivamente debatidos, com a finalidade de desvendar os novos desafios e resolver os velhos e constantes problemas.

Nessa sociedade em constante mudança, a pesquisa científica revela-se como importante instrumento de intervenção e melhoria social, possibilitando a evolução dos saberes e por consequência, a construção de uma realidade mais digna.

Boa leitura!

Conselho Editorial

## SUMÁRIO

### ARTIGOS

<b>A ESPIRITUALIDADE NO CONTEXTO ORGANIZACIONAL.....</b>	<b>6</b>
Vanessa Carla de Freitas	

<b>ERÊS E CURUMINS: A NEGAÇÃO DE SUAS IDENTIDADES NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....</b>	<b>27</b>
---	-----------

Cleiton Loiola de Cláudio  
Danielle da Gama Paixão Souza  
Greciele da Gama Paixão  
Renata Martins de Souza Falchetto  
Silvana Santus

<b>EDUCAÇÃO EM VALORES: O ENSINO EM VALORES NAS SÉRIES DO FUNDAMENTAL I.....</b>	<b>44</b>
--	-----------

Alexandra Valone  
Dândara Santos Silva  
Maysa Constantini  
Vanessa Velten Gonçalves Camargo  
Donaldson Rodrigues Thompson

<b>A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE FINANCEIRO PARA OS MEIS: UM ESTUDO PARA VERIFICAR O USO DAS FERRAMENTAS CONTÁBEIS NOS MEI - MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS DA SERRA, ES.....</b>	<b>62</b>
--	-----------

Wanderson Braga Lacerda

<b>ESTUDO DA TECNOLOGIA BIM E OS DESAFIOS PARA SUA IMPLANTAÇÃO.....</b>	<b>81</b>
---	-----------

Anderson Borges Degasperi  
Evilazio Martins Neto  
Fernanda L. Rocha Degasperi  
Francisco de Amorim Aguiar  
Daniel Rizzo Vivas

### RESENHA

<b>TOSTÃO. TEMPOS VIVIDOS, SONHADOS E PERDIDOS: UM OLHAR SOBRE O FUTEBOL.....</b>	<b>94</b>
---	-----------

Leandro Siqueira Lima

# A ESPIRITUALIDADE NO CONTEXTO ORGANIZACIONAL

Vanessa Carla de Freitas<sup>1</sup>

## RESUMO

Trata-se de um estudo qualitativo, que se propôs a identificar as consistências e inconsistências nas conceituações de espiritualidade no campo organizacional. Para atingir a esse objetivo fez-se um levantamento bibliográfico em artigos, dissertações e teses do período de 2002 a 2017. Na coleta dos materiais identificou-se os conceitos de espiritualidade e formulou-se categorias, a saber: categoria espiritual, sagrado, religião, fé e razão, transcendente, ontológico, interior, valores morais, significado, inteligência espiritual, espiritualidade organizacional, valores e percepções da organização e qualidade de vida no trabalho. A partir das categorias formuladas, apontou-se as consistências e inconsistências presentes nos conceitos. A principal consistência entre os conceitos é que espiritualidade é a crença em algo, e a principal inconsistência é relação espiritualidade e a fé em uma entidade espiritual. Quando vivenciado nas organizações, proporciona bem-estar entre os colaboradores, tornando o trabalho menos oneroso e mais prazeroso. A vivência da espiritualidade na organização não significa doutrinação.

**Palavras-chave:** Espiritualidade. Organização. Crença.

## ABSTRACT

It is a qualitative study, which aims to identify the consistencies and inconsistencies in the conceptualizations of spirituality in the organizational field. For this objective, a bibliographic survey was carried out in articles, dissertations and theses from the period of 2002 to 2017. The collection of the materials, the concepts of spirituality were identified and the categories were formulated: Spiritual; Sacred; Religion; Faith & Reason; Transcendent; Ontological; Interior; Moral values; Meaning; Spiritual Intelligence; Organizational Spirituality; Values and Perceptions of the Organization and Quality of Life at Work. Were pointed out the consistencies and inconsistencies present in the concepts. The main consistency is that spirituality is belief in something, and the main inconsistency is the relation between spirituality and faith in a spiritual entity. When lived in organizations, it provides well-being among employees, making work less onerous and more enjoyable. The experience of spirituality in the organization does not indoctrination.

**KEY WORDS:** Spirituality. Organization. Belief.

---

<sup>1</sup> Mestre em Administração pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: vcarladefreitas@gmail.com.

## 1 INTRODUÇÃO

O tema espiritualidade ainda é visto com estranheza nos estudos organizacionais, devido a associação da espiritualidade com religião. No entanto, essa associação não é unânime, há conceituações de espiritualidade que não estão vinculadas a religião, ao espiritual. A espiritualidade de um modo geral é entendida como a crença em algo, seja natural ou sobrenatural. A espiritualidade fornece ao sujeito uma orientação moral sobre o que fazer diante de situações complexas, condizentes com os valores e atitudes reconhecidas socialmente como adequadas e que contribuam para o bem comum (VASCONCELOS, 2008). Além disso, a espiritualidade é fonte de inclinações afetivas como: paciência, amor e caridade (MURAD, 2007; MUKHERJEE; BHATTACHARJEE; SINGHA, 2016).

No contexto organizacional, a espiritualidade apresenta à organização para além dos estereótipos (RIBEIRO; SANTANA, 2015), evidenciando os aspectos humanos permeiam a realização do trabalho (GUILLORY, 2000). Dessa forma, a espiritualidade auxilia na construção de uma nova forma de perceber o trabalho e o trabalhador, para além do homem ideal, do one best way (TAYLOR, 2008). Mas como seres permeados por diversas dimensões que o formam de modo único (BERGER; LUCKMANN, 2004). Segundo Enes e Costa (2015) as empresas que conseguem perceber o aspecto humano do trabalho, têm grande chance de serem mais bem-sucedidas do que as que ainda veem o trabalhador como um ativo, um recurso da empresa, como na época de Taylor (CONGER, 1989; ENES; COSTA, 2015).

Dessa forma, a espiritualidade no contexto organizacional contribui para uma visão mais humanizada do trabalho e do trabalhador. Ela contribui para que a organização abranja as demandas da sociedade moderna; onde há uma tendência a individualização (BAUMAN, 2001), onde as pessoas querem ser únicas, mas, ao mesmo tempo querem fazer parte do grupo (REVUZ, 2007). Além disso, os trabalhadores buscam satisfação pessoal no trabalho (SOUZA, 2011; COSTA et al., 2014), se comprometem com a causa da organização e não com a empresa em si; não são apegados a uma carreira linear, mas fluída, várias organizações ao longo da vida profissional (RIBEIRO, 2012 [?]; ERICKSON, 2011).

As contribuições que a espiritualidade pode fornecer para a gestão são muitas, além das já apresentadas, há outras como: gerar ligação com a organização, reduzir a



rotatividade, o adoecimento, o absentéismo, etc (ASHMOS & DUCHON, 2000; TECCHIO, 2015). Salienta-se de antemão, que a espiritualidade no ambiente organizacional não tem por intenção doutrinar seus membros (ASHMOS; DUCHON, 2000), mas adoção de formas de pensar e agir na organização para além da produção, levando em consideração não só os elementos organizacionais tangíveis, como também os intangíveis (ALVES; JUNGES; LÓPEZ, 2010).

Além da espiritualidade pertencente ao trabalhador, há também a espiritualidade da organização (ELDRED, 2012). Essa espiritualidade organizacional é pauta nas características fundantes da empresa, seus valores, sua visão, sua missão. A espiritualidade nesse contexto também é fonte orientação para seus colaboradores (BHUNIA; MUKHUTI, 2011).

Dessa forma, para que as contribuições da espiritualidade nas organizações sejam mais assertivas e desprendidas de estereótipos, é preciso tornar conhecido suas formas de entendimento. Para tal, este estudo buscou fazer uma análise das consistências e inconsistências no entendimento do que é espiritualidade no contexto organizacional. Para isso, realizou-se um levantamento bibliográfico; a identificação dos significados de espiritualidade em artigos, dissertações e teses na administração e áreas afins; e a apresentação das consistências e inconsistências presentes nesses materiais.

Este estudo se justifica por apresentar a partir de categorias as principais consistências e inconsistências nos conceitos de nos últimos 15 anos. Outra contribuição desse estudo foi a abordagem da espiritualidade para além do espiritual, mas como parte constituinte do trabalhador e que influencia e é influenciado pelo trabalho. Este estudo será útil para pesquisadores e organizações que queiram compreender a presença do elemento espiritual nas organizações.

Este artigo está dividido da seguinte forma: após esta introdução segue os tópicos: O papel da espiritualidade na vida em sociedade; a influência da espiritualidade nas organizações; caminhos metodológicos; análise e discussão; (in) consistências dos conceitos de espiritualidade no contexto organizacional e as considerações finais.

## **2 O PAPEL DA ESPIRITUALIDADE NA VIDA EM SOCIEDADE**

Antes de debatermos o papel da espiritualidade na vida em sociedade, é importante salientar, a espiritualidade nesse estudo não se refere a religião, visto que, não é obrigatório se ter religião para se ter espiritualidade; espiritualidade e religião não são sinônimos (BONIATTI, 2011). A espiritualidade é a crença que uma pessoa ou grupo de pessoas possuem e que orienta suas atitudes (LACERDA, 2005). Religião são as práticas que o indivíduo ou grupos de indivíduos realizam para exercitar essa crença, são os rituais que permeiam a vivência da espiritualidade (GUILLORY, 2000).

Dessa forma, não há uma conceituação de espiritualidade certa ou errada, mas sim, formas diversificadas de espiritualidade, e por esta razão, sua conceituação é ampla. Um caminho para entendimento do que é a espiritualidade, é vê-la como fonte das normas que auxiliam na vivência em sociedade (MUKHERJEE; BHATTACHARJEE; SINGHA, 2016). Normas estas que podem estar homologadas nas leis judiciais ou sociais, transmitidas pela tradição/fala.

Cada sujeito possui formas de pensar, aspirações pessoais, formas de agir diferentes uns dos outros, os quais podem gerar conflitos, devido as divergências de opinião, de comportamento, de cultura, etc. Cada sujeito é marcado pelos aspectos culturais, históricos, sociais que o cercam e moldam a seu comportamento social (BERGER; LUCKMANN, 2004). Esse processo de formação social acontece do momento que o sujeito nasce até o momento de sua morte. Segundo Berger e Luckmann (2004), todo sujeito passa pelos processos de socialização primária e secundária – processo de socialização primária é a formação de valores que a criança recebe dos seus familiares e pessoas próximas; processo de socialização secundária é quando outras pessoas são inseridas no universo da criança, o contato com esses novos elementos gera novos valores e forma de perceber o mundo – que influenciam as atitudes e formas de agir dos sujeitos.

Dessa forma, a vida em sociedade demanda o seguimento de algumas regras, as quais auxiliam na solução de conflitos e ditam os padrões comportamentais. Essas normas podem parecer à primeira vista óbvias para quem já foi socializado, como: a utilização de roupas, o uso de pronomes de tratamento, etc. No entanto, para os sujeitos que não passaram pelo mesmo processo de socialização, algumas dessas regras não fazem sentido e demandam muito esforço para o seu segmento, como o caso dos índios, que antes da colonização não utilizavam roupas, ou falam o

português, mas que hoje após a socialização, utilizam até mesmo a tecnologia nas aldeias. É notório que seguimento dessas regras tem por finalidade permitir o convívio comum (GUILLORY, 2000), e não reprimir a cultura, as características nativas, como aconteceu com os índios.

A espiritualidade nesse contexto, atribui significado as regras para além do cumprimento da lei. A espiritualidade exerce o papel social de ofertar explicações para os fatos que a razão ainda não tem resposta, para as situações que ultrapassam a capacidade de entendimento humano, uma forma de enfrentamento das aflições físicas, psíquicas e sentimentais. A espiritualidade estimula ações que se voltem para o bem comum, para preservação da vida – ambiental e humana – para a justiça entre as pessoas, etc. (FRY; SLOCUM, 2008). Além disso, a espiritualidade fornece uma ordem; desperta a criatividade, a motivação para ultrapassar as dificuldades, é fonte de esperança, de crescimento intelectual e espiritual (GOMES; FARINA; FORNO, 2014).

No entanto, a espiritualidade não se restringe a vida particular dos sujeitos, ela se estende para a vida profissional e sua influência pode contribuir para o atingimento das metas da organização e dos próprios sujeitos, como exposto no próximo tópico.

### **3 A INFLUÊNCIA DA ESPIRITUALIDADE NAS ORGANIZAÇÕES**

A espiritualidade está presente nas organizações, independentemente da organização ter uma gestão espiritualizada ou não. Quando os trabalhadores adentram a organização eles levam consigo seus valores, sua forma de perceber a si, a empresa, seus colegas, levam consigo tudo aquilo que os constitui, incluindo a espiritualidade (FREITAS, 2017a). Ainda segundo a autora, as pessoas não deixam seus aspectos subjetivos no armário ou em casa, e são no trabalho somente o profissional; os aspectos subjetivos são indissociáveis e tornam o trabalho possível e vivível para os sujeitos (SCHWARTZ, 2000).

A forma como as organizações veem seus trabalhadores, as condições físicas e mentais as quais eles são expostos, são aspectos que podem ser influenciados pela espiritualidade, gerando qualidade de vida no trabalho (QVT). A QVT pode ser entendida como a busca por humanizar as organizações por meio de alterações na

forma de realização do trabalho e seus aspectos, com a intenção de satisfazer os interesses dos colaboradores e os da própria organização (KUROGI, 2008). A QVT possibilita o equilíbrio psíquico, físico e social dos trabalhadores ao respeitar seus limites como seres humanos, incentivar o desenvolvimento do trabalhador como pessoa e como profissional, despertando uma abertura para as mudanças, para a inovação (GONÇALVES, et al. 2012). Além de criar um clima de trabalho amistoso, promover transformação pessoal e profissional de todos os sujeitos envolvidos, o que resulta em uma maior produtividade (SILVA; DURANTE; BISCOLI, 2015).

A espiritualidade auxilia no processo de tomada de decisão e na identificação de processos-chaves para a organização e seus colaboradores, além de, auxiliar na divisão do trabalho entre as pessoas e setores, formando grupos coesos e com facilidade de atuação conjunta (ANDERSON, 2012). A espiritualidade contribui para o sentimento de integração com o trabalho, levando os sujeitos a se sentirem conectados com as atividades que desempenham e com as demais pessoas envolvidas no trabalho, gerando satisfação (REGO; SOUTO; CUNHA, 2007). Além de conectar os sujeitos aos filosofias e valores da própria organização (SIQUEIRA, 2008), como uma empresa familiar, que transmite aos seus trabalhadores os valores cultivados pelo fundador da empresa e motiva-os a agir de forma semelhante.

A espiritualidade também contribui para a imagem social da organização, ao estimular que seus colaboradores adotem ações voltadas para o bem-comum, para a preservação do meio ambiente; contribuem para uma maior integração da empresa com a comunidade local, com seu país e com o planeta como um todo, fornecendo uma imagem positiva da organização para além da prestação do serviço (SANTARÉM, 2010).

Conforme explanado anteriormente, o conceito de espiritualidade não é único, mas composto por uma diversidade de dimensões. A espiritualidade não é exata, mas fluída, adaptada a diversidade de crenças. Por não ter uma relação direta com uma religião, abarca a toda as formas de crença que o sujeito possa ter, incluindo a crença em si mesmo, na natureza, no cosmo, no universo, energia, na ciência, etc.

#### **4 CAMINHOS METODOLÓGICOS**

Este é um estudo qualitativo, que tem por característica não se valer de dados matemáticos, mas das falas dos envolvidos no fenômeno (GODOY, 1995). Nesta pesquisa o fenômeno estudado são os materiais publicados, assumindo que o conteúdo desses materiais corresponde a ideias dos seus autores. No entanto, para uma investigação mais aprofundada, buscou-se inspiração em um método quantitativo, a pesquisa bibliométrica.

A pesquisa bibliométrica é caracterizada por ser uma metodologia de contagem de conteúdos bibliográfico, porém, diferente do método de análise de conteúdo, pois a intenção dessa metodologia é verificar a quantidade de vezes que um termo surge nos textos publicados e não analisar seu sentido no texto (YOSHIDA, 2010). Apesar de sua característica principal ser a quantificação dos conteúdos, a metodologia auxilia na realização de levantamento bibliográfico, no processo de busca, filtragem, seleção e registro dos dados pesquisados. Por esta razão, este não é um estudo teórico, o campo de pesquisa são os materiais publicados, ou seja, os dados já foram tratados e validados, ou seja, fontes secundárias de informação. A coleta dos dados foi realizada por outros pesquisadores que os trataram, selecionaram e incorporam as suas pesquisas como sendo suas opiniões.

Os dados foram coletados por meio das bases de dados do Google Acadêmico; nos Anais da Enanpad (Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), no período de 2002 a 2017. Os materiais coletados atendiam o requisito de abordar o tema, coletou-se materiais de outras áreas de conhecimento além da administração, como: psicologia, sociologia, enfermagem, por sua relevância no estudo do fenômeno e devido suas pesquisas terem sido relativas a espiritualidade em organizações de saúde, sociais, etc.

Realizou-se a busca por meio dos termos “espiritualidade” e “organização”, no plural e singular, em português, inglês e espanhol. Além de outros termos equivalentes, como: “espiritualidade nas organizações”, “espiritualidade no trabalho”, “espiritualidade no contexto organizacional”, “espiritualidade e gestão”, "Spirituality in organizations", "Spirituality at work", "Spirituality in the organizational context", "Spirituality and management", “Espiritualidad en las organizaciones”, "Espiritualidad en el trabajo", "Espiritualidad en el contexto organizacional", "Espiritualidad y gestión".

#### 4.1 ANÁLISE E DISCUSSÃO

O dados foram tratados em seis etapas, a saber: leitura flutuante do texto para identificação do conteúdo a partir do resumo e das palavras-chave, nesta etapa foram selecionados cento e noventa e três artigos; leitura aprofundada dos textos selecionados na etapa anterior, marcação dos trechos que apresentavam conceito de espiritualidade, após esta etapa quatro artigos foram descartados; transcrição desses conceitos para tabela proveniente do software Microsoft Excel; tabulação das palavras-chave que caracterizavam o construto, após essas duas etapas, que foram realizadas simultaneamente, foram coletados ao todo quinhentos e sete conceitos de espiritualidade; os quais foram analisados e categorizados. Resultando em quinze categorias de espiritualidade e quatro categorias de espiritualidade organizacional, os quais são apresentados a seguir:

Categoria Espiritual – a espiritualidade é a relação do sujeito com o que é espiritual (ROSTAMIA; DINI; KAZEMI, 2015), forma de nutrição do seu espírito que se manifesta na maneira como o sujeito interage com as situações da vida (ELKINS, 1998). Assim, a espiritualidade seria o fundamento das religiões, o que há de comum a todas as formas de crença e as tornam uma só (GUILLORY, 2000). Ainda segundo esta perspectiva, a espiritualidade tem poder de transformar e moldar as atitudes e ações das pessoas.

Categorias Sagrado – a espiritualidade nesse contexto é vista como a crença numa força sagrada, Deus; entidade que criou o mundo e tudo o que existe; que exerce influência na vida das pessoas. A espiritualidade é uma experiência com o sagrado (GOCKEL, 2004), não se restringindo às religiões cristãs, mas a todas as religiões que manifestam crença em um Ser Superior (SOLOMON, 2003). É uma manifestação natural do humano que sempre busca a Deus (PESSINI; BERTACHINI, 2005). Assim, [...] a espiritualidade é “uma tentativa disciplinada de alinharmos nós mesmo e nosso ambiente com Deus e encarnarmos o espírito de Deus no mundo” (PIERCE, 2006, p.33).

Categoria Religião – nesta perspectiva a espiritualidade é compreendida como uma prática religiosa (GUILLORY, 2000), fundamental a qualquer sistema de crença (CAGGY; BARBOSA; CORREDOURA, 2014), manifesta-se nos rituais e cerimônias

realizadas pelos seus adeptos (BRANDT, 1996). A espiritualidade neste contexto é vista como algo que ultrapassa os ritos, os dogmas, as cerimônias (ALVES; JUNGES; LÓPEZ, 2010), é intangível, sustentada pela fé (RIOS, 2009) - convicção intensa na qual a pessoa acredita.

Categoria Fé & Razão – a espiritualidade é vista como a parte não racional que compõem o ser humano, que atribui explicação para os fatos que a razão não é capaz de elucidar ou cuja explicação vai contra os valores e princípios fundamentais do sujeito (BREITBART, 2009). Por estas características, a espiritualidade é entendida como a capacidade humana subjetiva, que envolve aspectos intuitivos, sentimentais, múltiplas sensibilidades; o oposto de uma visão objetiva, mas mecânica, foca no raciocínio e na lógica, no palpável (KIVITZ, 2009). O ser humano possui esses dois lados dentro si, a predominância de um ou outro é variável (FREITAS, 2017b). A espiritualidade é o equilíbrio dessas duas forças, entre as respostas que a razão fornece e o preenchimento das lacunas não respondidas.

Categoria Transcendente – a espiritualidade abarca a crença em uma força superior, que não é Deus (KIVITZ, 2009). A qual pode se manifestar como uma energia, como o ambiente, um fenômeno da natureza, o cosmo, o universo (MEESENBROEK, et al., 2012; CHIU, et al., 2004). É a crença em algo que está além do finito (MARQUES, et al., 2015), que há algo que ultrapassa a matéria. Além disso, a espiritualidade promove uma integração do sujeito com o meio (FAIRHOLM, 1996), rompendo com as barreiras das aparências e do visual (BARTOLI, 2008).

Categoria Ontológico – nesta perspectiva o ser humano tem o desejo inerente de buscar compreender a sua existência (KIVITZ, 2007; KOENIG, 2012). A espiritualidade auxilia o sujeito a encontrar o seu lugar no mundo (HOPKINS, 1999), ao questionar-se a si e ao que é visto por ele (GOMES; FARINA; FORNO, 2014). A espiritualidade como ontologia engloba as necessidades humanas universais, ela pode ou não incluir crenças religiosas específicas e fornece uma filosofia ou perspectiva que norteia as escolhas da pessoa (MENEGAT; SARMENTO; DÍAZ, 2014).

Categoria Interior – a espiritualidade é vista como uma experiência interior do sujeito (FERREIRA; SILVA, 2016), que se baseia na consciência pessoal (GUILLORY, 2000). A espiritualidade neste contexto é construída pela imagem que o sujeito tem de si mesmo, dos seus valores, das pessoas e das coisas que o envolvem (GROF, 1994).

Portanto, trata-se de um processo contínuo de autoconhecimento, elevação e realização que se manifesta na forma de pensar e agir no mundo (PEDRO, 2015).

**Categoria Valores Morais** – a espiritualidade é vista como fonte orientação sobre como agir frente as diversas situações vivenciadas pelas pessoas, pautadas em valores espirituais (CARAN, et al., 2012), como: virtude, respeito, harmonia, compaixão, paciência, tolerância, etc., ou seja, são valores mais profundos e universais, sociais (CASH; GRAY, 2000; SOLOMON, 2003). Assim, a espiritualidade tem por finalidade promover a integridade pessoal e social, ao despertar e orientar os sujeitos (ROOF, 1999), regulando as ações, e estabelecendo uma espécie de código de conduta para a vivência em sociedade (PARK, 2012).

**Categoria Significado** – nesta categoria é atribuída a espiritualidade a responsabilidade de fornecer um propósito, significado, sentido para a vida (VASCONCELOS, 2010) (BARCHIFONTAINE, 2007). É motivação para o enfrentamento dos problemas, situações difíceis (BRADY, et al., 1999; LOURENÇO, 2004). A espiritualidade contribui também para a promoção de uma sensação de conforto, ânimo (VALLE, 2005). Segundo Dillard (1999), a espiritualidade é a necessidade humana de saber que sua vida significa algo, é mais que lampejo.

**Categoria Inteligência Espiritual** – a espiritualidade é entendida como uma expressão da terceira inteligência (ZOHAR; MARSHALL, 2002), que percebe e constrói uma dimensão multifacetada (GOTSIS; KORTEZI, 2008), onde o sujeito tem a possibilidade de descobrir o motivo de suas dores e as curar. Segundo Torralba (2012), trata-se de uma capacidade interna, inata, do cérebro e da psique humana. Ainda segundo o autor, é a habilidade do cérebro que possibilita ao sujeito descobrir novas manifestações de sentido e de cura, como centro integrador dos fenômenos existenciais (TORRALBA, 2012).

Foram encontrados os conceitos de espiritualidade organizacional, a espiritualidade que é vivenciada no trabalho, conforme apresentado a seguir:

**Categoria Espiritualidade Organizacional** – a empresa é vista como uma energia que motiva e orienta seus colaboradores (GUILLORY, 2000), fornece-lhes algo com o qual se conectar (GIACALONE; JURKIEWICZ, 2003). Para Siqueira (2008), as organizações possuem uma “alma” que se alinha a dos seus colaboradores, criando uma conectividade, a qual os motiva a buscarem se adequar aos valores e interesses



organizacionais. Segundo Giacalone e Jurkiewicz (2003, p.129), a espiritualidade no ambiente de trabalho é, “ [...] um quadro de valores organizacionais destacado em uma cultura que promove no empregado, uma experiência que transcende o processo de trabalho, facilitando seu senso de conexão com os outros, de maneira que proporcionar sentimentos de alegria e plenitude”.

Categoria Valores e Percepções da Organização – a organização é vista como uma entidade que transmite aos seus trabalhadores a sua forma de perceber e agir no mundo, suas práticas e regras sociais; as quais são vivenciadas dentro e fora da organização (GRACIOSO, 2007). A espiritualidade nesta categoria é entendida como a prática de valores éticos e morais no trabalho, de forma que suas ações sejam benéficas para o próprio sujeito e para os demais (VASCONCELOS, 2008); por meio dos valores, virtudes e qualidade intelectuais apreciados e incentivados pela organização (MENEGAT; SARMENTO; DÍAZ, 2014). Essas práticas promovem nos colaboradores o sentimento de respeito pela vida, pelo meio ambiente, etc. (BARCHIFONTAINE, 2007).

Categoria Qualidade de vida no Trabalho – Nesta categoria a espiritualidade influencia na promoção da qualidade de vida no trabalho. Os trabalhadores são vistos como mais do que uma ferramenta de produção, mas seres possuidores de aspectos espirituais, corpo, mente e espírito (GARCIA-ZAMOR, 2003; REGO; SOUTO; CUNHA, 2007). O seguimento de princípios espirituais e até mesmo a simples aceitação de que os sujeitos não são somente força trabalho promove ações mais humanas no exercício do trabalho na organização (SILVA; DURANTE; BISCOLI, 2015).

(In) consistências dos conceitos de espiritualidade no contexto organizacional

Após a análise e categorização dos dados, foi possível identificar pontos de consistência e de inconsistência no entendimentos dos autores dos artigos, dissertações e teses sobre o que é a espiritualidade. Esses pontos são apresentados a seguir:

A primeira inconsistência diz respeito a uma das características mais populares da espiritualidade, a crença em Deus ou em uma Força Superior. Os dados mostram que a crença em Deus ou outra entidade divina, superior ou sobrenatural não é uma característica obrigatória, mas sim a crença em algo, como: a crença em um valor, na vida, nas pessoas, na natureza (SOLOMON, 2003; CARAN, et al., 2012). A

espiritualidade abarca também a relação com o material, o sentimental, mas não se restringindo a relação com forças sobrenaturais, mas também a crença em si mesmo, na natureza, na ciência (SOUZA, 2011).

Outra inconsistência é em relação a espiritualidade ser individual ou coletiva. Há autores que a conceituam espiritualidade como sendo uma habilidade do sujeito, uma experiência interior da pessoa, uma imagem das crenças daquele sujeito, resultado do processo de autoconhecimento desenvolvido ao longo da vida (VASCONCELOS, 2010; PEDRO, 2015). Além disso, a espiritualidade como crença é construída pelos próprios sujeitos, pautado nos seus interesses, na sua cultura, etc. Por outro lado, a espiritualidade também é entendida como um processo que é desenvolvido no social, construída ao longo dos anos, transmitida através da família, como os valores e os códigos de condutas sociais (BERGER; LUCKMANN, 2004). E também no convívio com outras pessoas, na escola, na vizinhança, no trabalho.

Salienta-se que a espiritualidade vivenciada na organização possui essa característica social, ela é construída e transmitida dos níveis mais altos da organização até os mais baixos (SIQUEIRA, 2008). Portanto, a espiritualidade é uma habilidade que se adapta ao cenário onde ela é vivenciada e que se transforma ao longo da vida do sujeito.

Outra inconsistência é quanto o aspecto infinito da vida, a existência de lugar espiritual para além dessa vida para o qual as pessoas vão após a morte. Alguns conceitos explicitam a crença na existência de uma alma; e que a espiritualidade é a forma de conexão da alma com a dimensão espiritual (ELKINS, 1998; ROSTAMIA; DINI; KAZEMI, 2015). Por outro lado, há conceitos que negam o mundo espiritual, e defendem a crença na força intelectual, pessoal que o sujeito deposita em si mesmo (PEDRO, 2015). Dessa forma, não é possível dizer a espiritualidade é um conceito vinculado ao espiritual.

E por fim a inconsistência quanto a espiritualidade como sinônimo de religião. Muitos autores não considerarem a espiritualidade como sinônimo de religião, independente da denominação (GUILLORY, 2000). Por outro lado, há autores que acreditam que religião e espiritualidade são a mesma coisa (ALVES; JUNGES; LOPES, 2010; CAGGY; BARBOSA; CORREDOURA, 2014; SADHU, 2014). Os materiais analisados tratavam a espiritualidade e religião de três formas recorrentes: a espiritualidade como uma forma de vivência da religião, como uma prática da religião ou a religião como

resultado da espiritualidade. É notório a discordância sobre as posições entre a espiritualidade e a religião nessa relação.

No entanto, houveram elementos consistentes, que foram citados em todos os materiais analisado, destaca-se a crença em alguma coisa, todos os conceitos se baseiam em uma crença manifestada pelo sujeito, pela organização ou pela sociedade como um todo. A crença assume diversas faces incluindo a sua própria negação, como quando uma pessoa diz que não crê em nada, que apesar de se assumir como despossuído de crença em qualquer entidade ou força, a convicção de não acreditar em nada também se constitui uma crença, uma ideologia seguida pelo sujeito, ou seja, um ato de fé, de crença (LEITÃO; COUTINHO, 2002; GOMES; FARINA; FORNO, 2014). Assim, a espiritualidade como crença é uma abordagem assumida em todos os materiais analisados.

A espiritualidade também é entendida como sendo um aspecto natural do ser humano, todas as pessoas são espirituais (GROF; GROF, 2010). Acreditar em algo, ter uma ideologia e vive-la no cotidiano, é uma característica dos humanos. Além disso, a espiritualidade é uma fonte de orientação, como em situações complexas como a morte; é sabido que a vida humana é finita, no entanto, é comum se ouvir e ver as pessoas receosas quanto a esse momento, além da dificuldade de enfrentar a perda de uma pessoa querida. Para ultrapassar essas dificuldades a espiritualidade, nas suas diversas formas, fornece um consolo, seja pela ideia da existência de um outro plano de vida, seja pela crença de um significado para aquela existência, ou a explicação que a vida é uma etapa de fisiológica. A espiritualidade ela fornece sentido para essas adversidades.

Todos os materiais analisados apontaram a espiritualidade como fonte de significado, sentido. A resposta para as perguntas existenciais da humanidade, como: por que estou aqui? Quem sou eu? Qual o meu papel no universo? Essas respostas são formuladas pelas próprias pessoas, de acordo com a sua visão da realidade, suas crenças. Há pessoas que verão uma doença como uma provação, momento de purificação; e quem veja como uma deficiência biológica, tratável exclusivamente com medicação. A forma como a pessoa percebe a realidade é influenciado pelo seu sistema de crença, que o levam a enxergar a mesma situação por óticas diferentes. Além disso, a espiritualidade dá esperança, encorajando o sujeito a continuar, a buscar soluções, a pensar saídas racionais e espirituais para aquele momento.

Por fim, a espiritualidade desperta a busca pelo bem comum, por atitudes e valores que auxiliem na boa convivência em sociedade. Ela estimula sentimentos como: harmonia, paciência, amor, respeito, preservação do ambiente e do mundo. Ela incentiva as pessoas a não serem egoístas, não pensarem somente nos seus interesses pessoais, mas também nos outros, a não serem autossuficientes, tornando a vida em sociedade mais fácil e agradável a todos.

Dessa forma, foi possível notar que apesar das inconsistências de entendimento, a espiritualidade promove o bem-estar nas pessoas, é fonte de orientação e consolo ante situações complexas da vida humana, promove valores e atitudes inclusivos e voltados para o bem comum.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo se propôs a identificar e analisar as consistências e inconsistências nas conceituações de espiritualidade no campo organizacional. Para atingir a esse objetivo fez-se um levantamento bibliográfico em artigos, dissertações e teses do período de 2002 a 2017; identificou-se os conceitos de espiritualidade nos materiais coletados; pontuou-se as consistências e inconsistências presentes nos conceitos.

Os conceitos de espiritualidade analisados demonstraram sua amplitude e capacidade de adaptação as percepções das realidades, valores e desejos dos sujeitos, além dos aspectos culturais de cada localidade. A espiritualidade se mostrou como elemento humano, vivido tanto no ambiente particular como no social e profissional.

Quando vivenciado nas organizações, a espiritualidade mostrou-se relevante para o atingimento das metas organizacionais, sem sacrificar os trabalhadores ou impedi-los de conseguir atender as suas demandas e desejos pessoais. Além disso, a espiritualidade na organização proporciona bem-estar entre os colaboradores, tornando o trabalho menos oneroso e mais prazeroso. Além disso, a vivência espiritual na organização é uma oportunidade transmissão dos valores e atitudes apreciados pela organização.

Salienta-se que a vivência da espiritualidade na organização não significa doutrinar as pessoas, não é obrigar as pessoas a adotar a religião da empresa ou da maioria, visto que, conforme constatado neste estudo, espiritualidade não depende da prática religiosa. Uma característica que deve acompanhar a vivência do espiritual na

organização: é o respeito pela diversidade de crenças e a liberdade na vivência espiritual.

Então, espiritualidade no campo organizacional não é incentivo a religião, mas a atitudes que favoreçam o bem-comum, a harmonia dentro da organização, a qualidade de vida, qualidade no trabalho e uma relação saudável e consciente com a sociedade e o ambiente. Sugere-se que em estudos futuros a verificação das categorias apresentadas neste estudo por meio de entrevistas e observação no ambiente das organizacional.

## 6 REFERÊNCIAS

ALVES, J. S.; JUNGES, J. R.; LÓPEZ, L. C. A dimensão religiosa dos usuários na prática do atendimento à saúde: percepção dos profissionais da saúde. **O Mundo da Saúde**, v. 34. n.4. p. 430-436. 2010. Disponível em: < [http://www.saocamilosp.br/pdf/mundo\\_saude/79/430a436.pdf](http://www.saocamilosp.br/pdf/mundo_saude/79/430a436.pdf)>. Acesso em: 12. mai. 2017.

ANDERSON, D. **A fé nos negócios**. Rio de Janeiro: Sextante. 2012.

ASHMOS, D. P.; DUCHON, D. **Spirituality at work**: conceptualization and measure. *Journal of Management Inquiry*. p.134-145. 2000

BARCHIFONTAINE, C. D. Espiritualidade nas empresas. **O Mundo Da Saúde**, v.31. n. 2. p.301-305. Disponível em: < [http://www.saocamilosp.br/pdf/mundo\\_saude/53/19\\_Espiritual\\_empresas.pdf](http://www.saocamilosp.br/pdf/mundo_saude/53/19_Espiritual_empresas.pdf)>. Acesso em: 11. jun. 2017.

BARTOLI, J. **Espiritualidade na dissociedade supercapitalista**: impasses e alternativa. 2008. 293f. Tese (Doutorado em Ciência da Religião) - Pontifícia Universidade, Curso de Ciências da Religião, São Paulo. 2008. Disponível em:<<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/2067/1/Jean%20Bartoli.pdf>>. Acesso em: 20. mai. 2017

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.

BELWALKAR, S.; VOHRA, V. **Workplace Spirituality, Job Satisfaction and Organizational Citizenship Behaviors**: a Theoretical Model. *International Journal of Business and Management*. v. 11. v. 8. p. 257-262. 2016.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade tratado de sociologia do conhecimento**. 24. ed. Petrópolis: Vozes. 2004.

BHUNIA, A.; MUKHUTI, S. S. Workplace Spirituality on Motivations for Earnings Management-An Empirical Analysis. **Business Management Dynamics**. v.1, 2011, p. 73-78. Disponível em: <[http://pakacademicsearch.com/pdf-files/ech/128/73-78%202011%20Vol.%201%20No.%204%20\(Oct\).pdf](http://pakacademicsearch.com/pdf-files/ech/128/73-78%202011%20Vol.%201%20No.%204%20(Oct).pdf)>. Acesso 23. jun. 2017.

BONIATTI, R. V. **O maior gestor de todos os tempos**: depois dele administrar passou a ser diferente. Porto Alegre, RS: Calábria. 2011.

BRADY, M.; PETERMAN, A.; FITCHETT, G.; MO, M.; CELLA, D. **A case for including spirituality in quality of life measurement in oncology**. *Psychooncology*. v. 8. n. 5. p.417-428. 1999.

BRANDT, E. Corporate Pioneers Explore Spirituality. **HR Magazine**. v.41. p.82-87. 1996.

BREITBART, W. Espiritualidade e sentido nos cuidados paliativos. In: \_\_\_\_\_. PESSINI; L. BERTACHINI. L. **Humanização e cuidados Paliativos**. 4. ed. São Paulo: Centro Universitário São Camilo; Loyola. 2009.

CAGGY, R. C.; BARBOSA, L. P.; CORREDOURA, A. L. Espiritualidade no Contexto da Gestão Organizacional: influências, desafios e oportunidades. **Revista Formadores**. v. 7. n. 2. p.456-470. 2014. Disponível em: < <http://www.seer-adventista.com.br/ojs/index.php/formadores/article/view/432/456>>. Acesso em: 12. mai. 2017.

CARAN, V. C.; MENDES, A. C.; COSTA, M. L.; SILVEIRA, R. C.; ROBAZZI, M. L. A história vida e trabalho das mulheres do corte da cana-de-açúcar. **Sem. de Saúde do Trabalhador de Franca**. 2012. Disponível em: < [http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000112012000100044&script=sci\\_arttext](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000112012000100044&script=sci_arttext)>. Acesso 12 mar. 2017.

CASH, K. C.; GRAY, G. R. A framework for accommodating religion and spirituality in the workplace. **Academy of Management Executive**. v. 14. n. 3. p.124-134. 2000.

CHIU, L.; EMBLEN, J.; VAN HOFWEGEN, L.; SAWATZKY, R.; MEYERHOFF, H. An integrative review of the concept of spirituality in the health sciences. **Western Journal of Nursing Research**. v. 26. p. 405-428. 2004. Disponível em: < [http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0193945904263411?url\\_ver=Z39.88-2003&rfr\\_id=ori%3Arid%3Acrossref.org&rfr\\_dat=cr\\_pub%3Dpubmed&](http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0193945904263411?url_ver=Z39.88-2003&rfr_id=ori%3Arid%3Acrossref.org&rfr_dat=cr_pub%3Dpubmed&)>. Acesso em 12. jun. 2017.

CONGER, J. A. Leadership: the art of empowering others. **Academy of Management**. 1989.

COSTA, L. F.; MENDONÇA, C. M.; JR, G. R.; ARAÚJO, M. V.; ALLOUFA, J. M.; SILVA, R. C. Conflitos Organizacionais entre gerações: um estudo empírico com a equipe de desenvolvimento de software do IFRN. **HOLOS**. v. 4. p.361-374. 2014.

DILLARD, A. For **the time being**. Nova Iorque: 1999.

ELDRED, K. (2012). Deus no trabalho: Transforme pessoas e nações por meio dos negócios. (C. T. Zago, Trad.) São Paulo: Editora Universidade da Família.

ELKINS, D. N. **Beyond religion**: a personal program for building a spiritual life outside the walls of traditional religion. Wheaton, IL: The Theosophical Publishing House. 1998.

ENES, R. D.; COSTA, S. R. Uma Análise da Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho Por Meio da Espiritualidade Corporativa. XI CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO. 2015. Disponível em: < <http://www.inovarse.org/node/3889>>. Acesso em: 23. Abr.2017

ERICKSON, T. **E Agora Geração X?** Como se manter no auge profissional e exercer liderança plena numa época de intensa transformação. Rio de Janeiro: Elsevier. 2011.

FAIRHOLM, G. W. **Spiritual leadership**: fulfilling whole-self needs at work. Leadership and Organization Development Journal. v. 17. n. 5. 1996.

FERREIRA, A. L.; SILVA, S. C. **A espiritualidade como acontecimento transpessoal**. In: \_\_\_\_\_. Coleção Psicologia, laicidade e as relações com a religião e a espiritualidade. 2016.

FREITAS, V. C. **O mito do fundador**: um relato sobre o MUR na UFES. Gestão Contemporânea. v.7. p. 43-66. 2017a. Disponível em: < <http://revistas.es.estacio.br/index.php/gestaocontemporanea/article/view/620/590>>. Acesso em: 22. Jun. 2017.

FREITAS, V. C. **Produção de subjetividades no trabalho docente no curso de administração da UFES**: um olhar ergológico. 2017b. 149f. Dissertação (Dissertação de Mestrado) - Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória. 2017b. Disponível em: < [http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese\\_10809\\_Disserta%E7%E3o%20Vanessa%20Freitas%20PPGADM%20%20FINAL%20completo%20.pdf](http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_10809_Disserta%E7%E3o%20Vanessa%20Freitas%20PPGADM%20%20FINAL%20completo%20.pdf)>. Acesso em: 23. Jun. 2017.

FRY, L. W.; SLOCUM, J. W. Maximizing the Triple Bottom Line through Spiritual Leadership. **Organizational Dynamics**. v. 37. 2008.

GARCIA-ZAMOR, J. Workplace spirituality and organizational performance. **Public Administration Review**. v. 63. n. 3. p. 355-363. 2003. Disponível em: < <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1540-6210.00295/full>>. Acesso em: 11. Mai. 2017.

GIACALONE, R. A.; JURKIEWICZ, C. L. **Handbook of workplace spirituality and organizational performance**. Gurgaon: Spring Book. 2003.

GOCKEL, A. The Trend Toward Spirituality in the workplace: overview and implications for career counseling. **Journal of Employment Counseling**. v. 41. n. 4. p. 156-168. 2004. Disponível em: < <http://find.galegroup.com/itx/star.do?prodId=AONE>>. Acesso em: 15. Jun. 2017,

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades: uma revisão histórica dos principais autores e obras que refletem esta metodologia de pesquisa em Ciências Sociais. **Revista de Administração de Empresas**. p.57-63. 1995.

GOMES, N. S.; FARINA, M.; FORNO, C. D. Espiritualidade, religiosidade e religião: reflexão de conceitos em artigos psicológicos. **Revista de Psicologia da IMED**, v. 6. n. 2. p.107-112. 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/vcarl/Downloads/Dialnet-SpiritualityReligionAndReligion-5155073.pdf>. Acesso em: 23. Mai. 2017.

GONÇALVES, F. N.; MIRANDA, A. S.; NEVES, A.; SANTOS, L. D.; CONCEIÇÃO, M. G.; BARREIRA, M. C.; MATTOS, R. G. A importância da qualidade de vida no trabalho e sua influência nas relações humanas. **Anuário de produções acadêmico-científicas dos discentes da Faculdade Araguaia**. v. 2. p. 61-77. 2012.

GOTSIS, G.; KORTEZI, Z. Philosophical foundations of workplace spirituality: a critical approach. **Journal of Business Ethics**. v. 78. n. 4. p.575-600. 2008.

GROF, S. **A mente holotrópica**: novos conhecimentos sobre Psicologia e pesquisa da consciência. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

GROF, S.; GROF, C. **Respiração Holotrópica**: uma nova abordagem de autoexploração e terapia. Rio de Janeiro: Capivara, 2010.

GUILLORY, W. **A empresa viva**: espiritualidade no local de trabalho. São Paulo: Cultrix. 2000.

HOPKINS, V. Promover a saúde espiritual. In:\_\_\_\_\_. BOLANDER.V. **Enfermagem**. Lisboa: Lusodidacta, 1999.

KIVITZ, E. R. **Espiritualidade no mundo corporativo**: aproximações entre prática religiosa e vida profissional. 2007. 141f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião), Universidade Metodista de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, São Bernardo do Campo. 2007. Acesso em 12 de 06 de 2017, disponível em <http://tede.metodista.br/jspui/bitstream/tede/418/1/Ed%20Renekivitz.pdf>.

KIVITZ, E. R. Dez razões para inserir o tema “Espiritualidade” na pauta da sua empresa. FÓRUM SOBRE ESPIRITUALIDADE NO MUNDO DO TRABALHO. 2009.

KOENIG, H. Medicina, religião e saúde: o encontro da ciência e da espiritualidade. **Porto**. v. 12. p. 49-62. 2008. Disponível em: < <http://www.pgsskroton.com.br/seer/index.php/rcger/article/Alegre>: L&PM. 2012>. Acesso em: 11. Mai. 2017.

KUROGI, M. S. **Qualidade de vida no trabalho e suas diversas abordagens**. 2008.

LACERDA, D. O líder espiritualizado. **Revista Você S. A**. v. 22. 2005.

LOURENÇO, I. **A espiritualidade no processo terapêutico**. Coimbra: Quarteto. 2004.



MARQUES, L. F.; ESPERANDIO, M. R.; ZORZI, P.; ZARPELON, M.; SILVA, T. D. A religiosidade/espiritualidade (R/E) em profissionais/trabalhadores da saúde. **Revista INTERAÇÕES - Cultura e Comunidade**. v.10. n.18. 2015. Disponível em: < <http://periodicos.pucminas.br/index.php/interacoes/article/view/P.1983-2478.2015v10n18p195>>. Acesso em: 12. Jun. 2017.

MEEZENBROEK, E.; GARSSSEN, B.; BERS, M.; DIERENDONCK, D.; VISSER, A.; SCHAUFELI, W. Measuring spirituality as a universal human experience: A review of spirituality questionnaires. **Journal of Religious Health**. v.51. p.336-354. 2012. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3372782/>>. Acesso em: 12. Jun. 2017.

MENEGAT, J.; SARMENTO, D. F.; DÍAZ, M. Bem-estar no ambiente de trabalho: a espiritualidade como diferencial. **Revista Conhecimento e Diversidade**. v. 12. p. 129-144. 2014. Disponível em: < [http://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/conhecimento\\_diversidade/article/view/1779/1298](http://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/conhecimento_diversidade/article/view/1779/1298)>. Acesso em: 20. Mai. 2017.

MUKHERJEE, S.; BHATTACHARJEE, S.; SINGHA, S. S. Workplace Spirituality: a paradigm shift to ethics from business. **Journal of Business and Management**. p.11-15. 2016.

MURAD, A. **Gestão e espiritualidade**. São Paulo: Paulinas. 2007.

PARK, C. L. Religious and spiritual aspects of meaning in the context of work life. In: \_\_\_\_\_. P. C. HILL, & B. J. DIK. **Psychology of Religion and Workplace Spirituality**. Charlotte: Information Age Publishing. 2012.

PEDRO, V. D. **A espiritualidade nos Voluntários**. 2015. 66f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde), Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Escola de Psicologia e Ciência da Vida, Lisboa. 2015.

PESSINI, L.; BERTACHINI, L. Novas perspectivas em cuidados paliativos: ética, geriatria, gerontologia, comunicação e espiritualidade. **O Mundo da Saúde**. v. 29. n. 4. p. 491-509. 2005. Disponível em: < [http://www.saocamilosp.br/pdf/mundo\\_saude/32/03\\_Novas%20pers.ectivas%20cuida.pdf](http://www.saocamilosp.br/pdf/mundo_saude/32/03_Novas%20pers.ectivas%20cuida.pdf)>, Acesso em: 15. Jun. 2017.

PIERCE, F. **Espiritualidade no trabalho: 10 maneiras de equilibrar sua vida profissional**. Campinas: Verus. 2006.

REGO, A.; SOUTO, S.; CUNHA, M. P. Espiritualidade nas organizações, positividade e desempenho. **Comportamento Organizacional e Gestão**. v. 13. n. 1. p.7-36. 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.mec.pt/pdf/cog/v13n1/v13n1a02.pdf>>. Acesso em: 22. Mai. 2017.

REVUZ, C. T. O trabalho e o sujeito. In: \_\_\_\_\_. Y. SCHWARTZ; L. DURRIVE. **Trabalho e Ergologia: conversas sobre atividade humana**. Niterói: Ed. UFF. 2007.

RIBEIRO, J. D. **Reflexiva, Mudança organizacional e os impactos nas gerações X e Y: uma abordagem**. 2012.

RIBEIRO, L. A.; SANTANA, L. C. Qualidade de vida no trabalho: fator decisivo para o sucesso organizacional. **Revista de Iniciação Científica**. v.2.n 2. p.75-96. 2015. Disponível em: < [http://www.cairu.br/riccairu/pdf/artigos/2/06\\_QUALIDADE\\_VIDA\\_TRABALHO.pdf](http://www.cairu.br/riccairu/pdf/artigos/2/06_QUALIDADE_VIDA_TRABALHO.pdf)>. Acesso em: 21. Jun. 2017.

RIOS, D. R. **Minidicionário Escolar Língua Portuguesa**. São Paulo: DCL. 2009.  
ROOF, W. C. **Spiritual marketplace**: Baby boomers and the remaking of American religion. Princeton, NJ: Princeton University Press. 1999.

ROSTAMIA, R. K.; DINI, A.; KAZEMI, M. Studying Of the Relationship between Spirituality and Job Engagement of Nurses. **DU Journal, Humanities and Social Sciences**. v.8. n. 4. p. 478-492. 2015. Disponível em: < <http://dujournals.eu.pn/2015-issues/April-34-2015.pdf>>. Acesso em: 16. Abr.2017.

SADHU, P. A Study of Perception of Spirituality Between Service vs Production oriented personnel. **International Human Research Journal**. p. 2-9. 2014. Disponível em: < [http://www.ihrj.org/wp-content/uploads/2014/09/issue3/vol2iss3\\_04.pdf](http://www.ihrj.org/wp-content/uploads/2014/09/issue3/vol2iss3_04.pdf)>. Acesso em: 2. Jun.2017

SANTARÉM, R. A perfeita alegria - Francisco de Assis para líderes e gestores. Rio de Janeiro: Vozes. 2010.

SCHWARTZ, Y. Trabalho e uso de si. **Pro-Posições**. v. 1. p. 34-50. 2000.

SILVA, A. C.; DURANTE, D. G.; BISCOLI, F. R. Espiritualidade no ambiente de trabalho: estudo bibliométrico da produção acadêmica nacional 2010-2014. XVIII SEMEAD SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO. 2015. Disponível em: < <http://sistema.semead.com.br/18semead/resultado/trabalhosPDF/491.pdf>>. Acesso em: 12. Mai. 2017.

SIQUEIRA, D. **O labirinto ocidental**. Da religião à espiritualidade. Do institucional ao não convencional. Brasília: Soc. Estado. 2008.

SOLOMON, R. C. **Espiritualidade para céticos**: paixão, verdade cósmica e racionalidade no século XXI. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

SOUZA, S. L. **Fatores que influenciam os consumidores da Geração “Z” na compra de produtos eletrônicos**. 2011. 189f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Potiguar, Natal. 2011. Disponível em: < <https://unp.br/wp-content/uploads/2013/12/S%C3%A9rgio-Luiz-Baena-de-ouza-Fatores-Que-Influenciam-os-Consumidores-da-era%C3%A7%C3%A3o-Z-Na-Compra-de-Produtos-Eletr%C3%B4nicos1.pdf>>. Acesso em: 22. Jun. 2017.

TAYLOR, F. **Princípios de administração científica**. São Paulo: Atlas, 2008.

TECCHIO, E. L. **A influência da espiritualidade no processo de gestão do conhecimento em empresas de base tecnológica**. 2015. 193f. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento), Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Florianópolis. 2015. Disponível em: <

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/135510/334786.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 1. Mai. 2017

TORRALBA, R. F. *Inteligência espiritual*. (J. B. Kreuch, Trad.) Petrópolis: Vozes. 2012.

VALLE, J. E. *Religião e Espiritualidade um olhar Psicológico*. In: \_\_\_\_\_. M. AMATUZZI. **Psicologia e espiritualidade**. São Paulo: Paulus. 2005.

VASCONCELOS, A. F. **Espiritualidade no ambiente de trabalho**: dimensões, reflexões e desafios. São Paulo: Atlas. 2008.

VASCONCELOS, F. D. **O desenvolvimento espiritual integrado ao planejamento estratégico pessoal**. 2010. 133f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de Santa Maria, Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção. Santa Maria. 2010. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp139613.pdf>>. Acesso em: 22. Mai. 2017.

YOSHIDA, N. D. *Análise Bibliométrica: um estudo aplicado à previsão tecnológica*. **Future Studies Research Journal**. v.2. p.52 - 84. 2010. Disponível em: <<https://revistafuture.org/FSRJ/article/viewFile/45/68>>. Acesso em: 22. Jun. 2017.

ZOHAR, D.; MARSHALL, I. QS: **Inteligência Espiritual**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record. 2002.

## ERÊS E CURUMINS: A NEGAÇÃO DE SUAS IDENTIDADES NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Cleiton Loiola de Cláudio<sup>1</sup>  
Danielle da Gama Paixão Souza  
Greciele da Gama Paixão  
Renata Martins de Souza Falchetto  
Silvana Santus<sup>2</sup>

### RESUMO

O artigo apresentado tem como objetivo principal refletir sobre a relevância das leis 10.639 e 11.645, suas implicações na sala de aula e na vida acadêmica dos pequenos na educação infantil. Sua importância na prática dos professores que os acompanham e, fundamentalmente, como se dá o processo de ensino aprendizagem das crianças negras no contexto social e histórico, refletindo, a partir de então, sobre o processo de construção e/ou desconstrução da identidade dessas crianças. Acreditamos que este ainda pode contribuir para a valorização da história e cultura afro-brasileira e indígena, de modo a combater o racismo que, de forma velada e silenciosa, faz-se presente no cotidiano escolar dessas crianças e também em outros espaços sociais por elas frequentados.

**Palavras-chave:** Identidade. Crianças. Leis. Educação. Preconceito.

### ABSTRACT

The main objective of the present paper is to bring into discussion / reflection the relevance of laws 10.639 and 11.645, their implications in the classroom, and at the academic life of our children in the early childhood education, their importance in the practice of the teachers who accompany them and fundamentally how is the teaching process of black children in the social and historical context, then reflecting about the process of construction and / or deconstruction of these children's identity. We believe that this can still contribute to the valorization of the Afro-Brazilian and Indigenous history and culture, in order to combat racism, which in a silent way is present in the daily life of these children and also in other social spaces they attend.

**Key words:** Identity. Children. Laws. Education. Preconception.

## 1 INTRODUÇÃO

O povo brasileiro tem em sua origem traços das culturas indígenas, africanas, dos portugueses e outros povos europeus, assim como dos próprios asiáticos. Entender

---

<sup>1</sup> Graduandos do curso de Pedagogia da Faculdade Capixaba da Serra (MULTIVIX Serra).

<sup>2</sup> Historiadora. Mestra em História Social pela Universidade Severino Sombra USS/RJ. Professora da Faculdade Capixaba da Serra (MULTIVIX Serra). E-mail: [dsantus@hotmail.com](mailto:dsantus@hotmail.com).

essas diversidades e respeitá-las, desenvolvendo um trabalho desde a infância se faz necessário para que casos de desrespeito e discriminação sejam combatidos sem ferir a liberdade de nenhum dos grupos em questão.

O Brasil é um dos países que tem a maior população africana fora da África, o que por si só, já é um grande motivo para conhecimento da história do povo africano e compreensão da influência que este exerceu e ainda exerce sobre a sociedade. É também o país que ainda tem viva, mesmo que em espaços separados, reservados, marcas da identidade de outro grupo étnico muito importante para o desenvolvimento do Brasil. Ainda assim, toda essa diversidade que poderia ser vivenciada de forma positiva não é, e diariamente expressões, atitudes, comportamentos e ações discriminatórias em relação a indígenas e negros são praticadas.

Na sociedade brasileira, exclusão, preconceito e discriminação caminham juntos. A diferença se transforma em desigualdade através de processos sutis e complexos, presentes em nosso cotidiano, nos âmbitos privado e público, assim como nos diferentes espaços sociais (CANDAU, 2003, p. 15).

Os meios de comunicação noticiam com frequência casos de racismo e desrespeito que são praticados em ambientes de trabalho, estádios de futebol e muitos outros locais, públicos ou privados. Entretanto, existe outro ambiente em que tais ações ocorrem também e com bastante frequência, porém são pouco noticiados e/ou analisados: a escola. Há um silêncio em torno desta prática especialmente na educação infantil. O paradoxo de sua existência e os efeitos negativos de sua prática, para as crianças negras, em fase da construção de sua identidade, é o que vamos analisar neste artigo.

O interesse pelo tema se deu a partir das concepções que temos como educadores e a falta que tal abordagem fez em nossa formação acadêmica.

Observamos ainda uma dificuldade na sala de aula ou fora dela de perceber como ocorre a construção da identidade da criança negra. Será que conseguimos definir quem somos? Será que conseguimos enxergar e definir os fatores que contribuem para construção de nossas identidades? Entendemos essas questões e os fatores sociais e históricos como indispensáveis para o desenvolvimento deste trabalho.

Portanto, a relevância em entorno desse tema deve-se principalmente ao fato de que desde 2003, as instituições de ensino brasileiras, determinada pela lei 10.639, são

obrigadas a inserir em seu currículo a história e cultura afro-brasileira, atualizada em 2008 para Lei n. 11.645, na qual também introduziu a história indígena nos termos da lei. Ou seja, as escolas brasileiras devem tratar da história e cultura dos dois grupos étnicos que também contribuíram para formar o Brasil e que na prática não são reconhecidos tão pouco valorizados.

Considerando que as crianças devem compreender o que constitui e formou sua identidade e a identidade de seu povo, cabe à escola, sendo o espaço de formação integral do indivíduo, abordar o objetivo principal da lei que é de contribuir para a superação dos preconceitos e atitudes discriminatórias por meio de práticas pedagógicas de qualidade, que incluam o estudo da influência africana na cultura nacional. A escola está comprometida com essa tarefa? Sua omissão enquanto instituição pode contribuir negativamente para construção da identidade das crianças negras?

Analisar a forma como a escola participa da construção da identidade das crianças negras, refletindo sobre como é o ensino dispensado e de forma particular, como é a relação professor- aluno, uma vez que a discussão dessas relações, que vão muito além do debater sobre o racismo com os alunos, e a necessidade de extingui-lo, é também, a consolidação da democracia, da promoção de cidadania e reforço à igualdade social e racial, visto que a escola deve ser um lugar privilegiado para transmissão de conhecimentos e neste caso em especial, a escola deve ser um lugar em que se transmite conhecimento, mas, fundamentalmente, um lugar em que se transmite a importância de reconhecer e valorizar o outro em sua diversidade.

## **2 PROBLEMATIZANDO AS LEIS 10.639 E 11.645**

O processo de formação da identidade nacional começa a ser moldado por volta dos anos de 1930 e tem em sua característica a grande influência do nacionalismo, cujo objetivo era a construção de uma analogia nacional e cultural, que foi denominada de Democracia Racial, idealizado com base no processo de mestiçagem do povo brasileiro, defendido por Gilberto Freire em uma de suas mais importantes obras, Casa Grande e Senzala, na qual o autor enaltece a diversidade do povo brasileiro, destacando também a convivência pacífica. A mestiçagem brasileira é decorrente da

mistura dos europeus, indígenas e os africanos, ficando mais afluente durante os séculos XIX e XX, devido à variedade de “raças” presentes no Brasil, especialmente os negros e os questionamentos sobre o que fazer com os ex-escravos que, após serem libertos pela assinatura da Lei Áurea, foram integrados à categoria de cidadãos.

Segundo Munanga (2008), esta era a problemática para se estabelecer um nacionalismo, em um projeto de modernidade, que teve total influência europeia para pensar as relações raciais. Em uma espécie de salvamento para o “problema brasileiro” teve-se as teorias da mestiçagem e branqueamento. Ainda segundo Munanga (2008, p. 15): “[...] o processo de formação da identidade nacional no Brasil recorreu aos métodos eugenistas, visando o embranquecimento da sociedade”. Dentro deste processo de mistura racial destacam-se os já mencionados povos europeus, os indígenas, os negros e os asiáticos, mas cuja predominância, até recentemente, foi amplamente dos povos europeus e da supervalorização de sua cultura. Tal fato gerou a exclusão, marginalização e o preconceito com os demais grupos, em especial os negros e os índios. Devido a essa exclusão, vários grupos que buscavam a igualdade racial e social organizaram passeatas e movimentos que lutavam por reconhecimento dessas etnias, o que levou a serem sancionadas duas leis de fundamental importância na construção e formação da consciência crítica dos cidadãos, dando-lhes a oportunidade de conhecer as etapas da construção do povo brasileiro e romper a visão preconceituosa que ainda prende o modo de pensar e agir do brasileiro. São elas as Leis 10.639/03 e 11.645/08.

As três décadas que antecedem a aprovação da lei 10.639/2003, foram marcadas por importantes atos dos movimentos sociais, que buscaram por meio de passeatas e diálogos, defender a implantação de uma lei que valorizasse o povo africano, seus descendentes e suas contribuições para a formação do povo e da sociedade brasileira, tendo a educação como facilitadora do processo.

Durante a década de 1970, fez-se necessário a afirmação da identidade negra pelo próprio negro, para que assim, ele pudesse ser visto como sujeito da história e não como objeto dela. Essa temática foi bem representada pela figura do intelectual, político, ator e dramaturgo Abdias do Nascimento, que se notabilizou por ser um grande expoente dessa luta pela afirmação da identidade negra e a incorporou em seu trabalho, por meio de sua colaboração com o Movimento Negro e a criação do Teatro Experimental Negro (TEN).

A década de 1980 teve como marco principal a constatação da discriminação racial, presente no ambiente escolar e que era considerada a grande responsável direta pela crescente desigualdade de percurso nos estudos dos alunos brancos e negros. O fato era que, realmente, existia a discriminação e a desigualdade e, durante esse mesmo período em que essas descobertas foram sendo comprovadas, várias pesquisas foram realizadas, envolvendo o povo negro e a educação, para provar “cientificamente” que elas existiam.

Já durante a década de 1990, os movimentos relacionados às causas afro-descendentes começam a ganhar corpo e, com isso, a temática relacionada às questões raciais ganharam mais importância nos debates políticos. Foi durante esse período que a mídia, a sociedade, o governo e as instituições sociais se voltaram realmente para esses assuntos e, desse modo, começaram a discuti-las de forma mais apropriada e profunda. O Movimento Negro também acompanhava de perto o desenrolar dessas questões, defendendo a causa negra e, exigindo da União, políticas públicas eficazes para democratizar a educação e a melhoria das condições sociais da população negra.

Ainda nesse período, destaca-se um importante evento, a Marcha Zumbi dos Palmares, que reuniu aproximadamente 10 mil negros e negras que levavam consigo um documento onde reivindicavam a inclusão do ensino da cultura africana e afro-brasileira nas escolas, bem como suas contribuições para a formação do indivíduo no meio em que ele habita. Todo esse processo englobando as lutas e alguns resultados alcançados, fez com que a causa negra adquirisse mais força e adeptos no início dos anos 2000 e, desse modo, contribuiu com a promulgação da lei em 2003.

Merece destaque também, a criação na década de 1990, do Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), criado no Rio de Janeiro e, cujo principal objetivo era promover o ingresso de alunos negros e carentes em universidades públicas, entendendo que o investimento em educação é a melhor forma de se combater as desigualdades e preconceitos.

O processo para promulgar a lei 10.639/2003 começou com base no texto constitucional que o deputado Paulo Paim apresentou à Câmara Federal e, tal proposição, acabaria, então, se tornando o embrião da referida lei e, mediante isso, o projeto foi encaminhado ao Senado, porém acabou sendo arquivado em 1995, seguramente por questões políticas e burocráticas, tidas no momento como mais



importantes que o contexto étnico-racial na educação. Em meio a essa situação, alguns políticos se esforçaram, mediante a pressão dos movimentos negros, o que impulsionou o avanço nas negociações de aprovação da lei, através da aprovação do Projeto de Lei nº 259, em março de 1999, formulado pelos então deputados Bem-Hur Ferreira e Esther Grossi, que estabelecia a obrigatoriedade da inclusão dos temas História e Cultura Afro-brasileira no currículo oficial das redes de ensino do país. O projeto justifica, em seu artigo primeiro, o desejo e importância de reconhecer o processo de luta pelos quais o povo negro enfrentou e suas contribuições na formação da sociedade nacional.

Porque as discussões se pautaram em torno da escola, da educação? Porque se sabe que é este um espaço importante não apenas para o debate, mas também para a construção da identidade.

Outro ponto determinante ocorrido na década de 90 e que também serve como precedente da lei 10.639 é a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), bem como a criação, no ano seguinte, dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 2000), e cuja função principal foi afirmar-se como referência para o Ensino Fundamental e Médio em âmbito nacional e tinha como uma de suas diretrizes a garantia e o acesso aos conhecimentos necessários para a prática da cidadania plena a todos os estudantes brasileiros.

Após muitas reivindicações e entraves, a lei 10.639 foi finalmente aprovada em 1999 e promulgada em janeiro de 2003 pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva. Estabelece-se, por esta lei, a obrigatoriedade do estudo de história e cultura africana e afro-brasileira nos ensinos fundamental e médio dos estabelecimentos de ensino público e privado, bem como a inserção, no calendário escolar, do dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra.

Cabe ressaltar que a referida lei acarreta mudanças na LDB, onde dois artigos de seu conjunto foram vetados. Primeiro, é vetada a proposta que define que as disciplinas de história do Brasil e educação artística, no ensino médio, deveriam reservar dez por cento do seu conteúdo anual ou bimestral à temática africana e afro-brasileira. O segundo veto estava relacionado à proposta que envolvia os cursos de capacitação de professores, que assim, deveriam incluir em sua grade curricular a participação de representantes do movimento afro-brasileiro, de universidades e outras instituições de pesquisas que tenham ligações com o tema.

Após a promulgação da Lei 10.639/03, é realizada a alteração da mesma, em 10 de março de 2008, passando a vigorar, em âmbito nacional, a Lei 11.645 que trás como principal mudança em relação a sua antecessora, a inclusão, nos currículos das escolas públicas e particulares do Brasil, do ensino e estudo da cultura e história dos povos indígenas em comunhão com a dos povos afro-brasileiros.

Pode-se afirmar que a justificativa para a mudança e atualização da Lei 10.639/03 para a Lei 11.645 está centrada na tentativa de amenizar através do âmbito escolar, os preconceitos e as ideias estereotipadas para com os indígenas no decorrer da história no país, devido ao ensino predominantemente eurocêntrico que não privilegiava outros tipos e culturas humanas. Com a atualização em 2008, pela primeira vez na história do país, o ensino tem caráter obrigatório no que se refere a conhecimentos, saberes, modos de vida e organização social dos indígenas. Um passo importante para desmanchar os olhares aos povos indígenas tidos por muito tempo como selvagens ou exóticos, sob condições de reforçar uma ideia anti-indígenas.

A aprovação desta lei surge com o intuito de promover uma mudança nos conceitos e na visão que os discentes e a própria sociedade tem a respeito dos índios. Nesta atualização, a lei busca, assim, diminuir as ideias estereotipadas e carregadas de preconceito, que marcam as relações e a forma como foram moldadas o modo do brasileiro de ver o povo indígena e afro-brasileiro e representa a necessidade de construir um modo de pensar e agir crítico sobre a composição étnica e cultural nacional, de modo a não privilegiar e excluir os outros.

Ao introduzir esses temas em seus currículos, bem como seus conhecimentos, as escolas estarão formando uma leva de cidadãos mais críticos, capacitados e conscientes de que a construção da nossa identidade não é fruto de uma matriz única e universal e nem surgiu especificamente de um grupo étnico dominante, mas sim da mistura de diferentes etnias que contribuíram para que o povo brasileiro seja tão heterogêneo.

Assim sendo, a lei 11.645 surge como importante marco para romper o vínculo eurocêntrico amplamente disseminado no meio escolar e social e que, em outros tempos, não privilegiava as demais culturas e suas contribuições para nosso país. Tal mudança acarretou uma reformulação em relação ao modo como índios, negros e seus descendentes eram vistos na construção e formação do Brasil.

A importância da promulgação da Lei n. 11.645 interferiu diretamente com os pequenos da educação infantil que legalmente devem, a partir de então, receber uma educação voltada para o reconhecimento de seu passado e para construção de sua identidade.

Iniciou-se por força da lei uma nova abordagem na sala de aula no que se refere aos negros e indígenas do Brasil. A questão fundamental é pensar como esse processo acontece? Como a construção da identidade dessas crianças acontece no cotidiano escolar?

### **3 OS PEQUENOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Atuar na área da educação infantil ou ter o contato direto com crianças dentre quatro e cinco anos possibilita conhecer o outro com um olhar diferente. Aquele ser tão pequeno tem em sua mente um mundo repleto de curiosidades e porquê se está em busca de respostas, por se encontrar num processo de construção de personalidade, do jeito de ser e de como tratar o outro.

Desde pequenos temos a percepção de que somos seres parecidos e, ao mesmo tempo, tão diferentes seja na cor da pele, no cabelo, no jeito de falar e na maneira de se vestir. Tais diferenças originam-se na etnia, na descendência, no povo, na cultura e no meio onde o indivíduo está inserido. Sendo assim, o preconceito é historicamente construído.

No Brasil, o país da diversidade, que por sua vez deveria ser o melhor lugar para se viver devido à grande variedade de povos e culturas presentes, tem sofrido com o racismo e o preconceito mascarado.

Os preconceitos são realidades historicamente construídas e dinâmicas; são reinventados e reinstalados no imaginário social continuamente. Os preconceitos atuam como filtros de nossa percepção, fortemente impregnados de emoções, colorindo nosso olhar, modulando o ouvir, modelando o tocar, fazendo com que tenhamos uma percepção simplificada e enviesada da realidade (CANDAUI, 2003, p.17).

As crianças percebem as diferenças com curiosidade, quando essa sai do seio da família e passa a frequentar outras instituições, sendo a escola uma das principais. A criança inicia um ciclo de aprendizagem, é inserida numa creche ou pré-escola e tem contato direto cinco vezes na semana com outras crianças da sua faixa etária, totalmente diferentes do que estava acostumada no meio de sua família. Lá se encontram crianças brancas e também não brancas.

A história registra que nem sempre a criança foi vista como criança e, portanto, isso dificultou e atrasou todo o processo de aprendizagem da mesma. A criança era vista como um adulto em miniatura, a infância era desconhecida e como atesta Ariès (2012), é mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo. Neste sentido, a escola não era preparada para receber esses pequenos seres, tão pouco compreender a forma como estes enxergavam o mundo.

Assim, a evolução escolar é fundamental para conhecer e compreender as crianças, em seu mundo particular, que carece de olhares diferenciados, de pessoas preparadas para acolhê-las e ajudá-las a se colocarem no mundo dos adultos. A preocupação com os pequenos da educação infantil é algo totalmente recente, sendo mais recente ainda a percepção de que existe a necessidade de um trabalho diferenciado no que se refere às questões étnico-raciais, sentido da construção de suas identidades, bem como a participação da escola neste processo.

O processo de construção e / ou idealização de uma identidade é socialmente estabelecido não somente pelos indivíduos que reconhecem a posse de algo em comum com outras pessoas, mas também pelas crianças.

Para as crianças essa construção ou até mesmo desconstrução da identidade é adquirida no dia a dia, no convívio com outros indivíduos, pois as mesmas se espelham em pessoas próximas para descobrirem quem são e como são. Neste sentido a escola possui um papel importante que vai desde a escolha do material didático até a formação e capacitação dos professores que devem estar preparados para darem as orientações necessárias aos pequenos.

De acordo com história, há um avanço quando se refere às crianças, não se pode negar isso, porém nem todos os aspectos são considerados e trabalhados como deveriam ser, e isso vem desde a escolha do material didático ao tratamento que o professor dá ao aluno da educação infantil. A curiosidade da criança permite ao

educador avançar ou retroceder, ou seja, gerar resultados positivos ou negativos, desde que observe e se traduza nas aulas uma educação global, para o convívio dessa criança em sociedade. Trata-se de uma formação integral do indivíduo, é pensar sobre a atitude racista com um caráter totalmente preconceituoso que essa criança com quatro ou cinco anos que é educada hoje em creches e pré-escolas pode vir a ter daqui a 20 anos. É sim uma situação que nos leva a uma reflexão sobre que tipo de adulto se quer formar. Não se quer aqui achar um culpado, e sim refletir sobre as práticas feitas, mas que estão distantes dos discursos difundidos.

Racismo e preconceito na infância não podem ser visto apenas como uma brincadeira de criança. Ao contrário: é nesse ponto que devemos saber como trabalhar com elas. Interferindo positivamente nos momentos de “brincadeiras”; impedindo desta forma que as ideias e práticas preconceituosas se perpetuem até sua vida adulta.

#### **4 CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE**

Os seres humanos, desde seu nascimento, são influenciados, por padrões, modelos e exemplos de seus semelhantes que os envolvem. Contudo, é incontestável que, para a construção e formação do adulto íntegro, honesto, honrado e humano nasce juntamente com a gestação da mãe. Reconhecer e conhecer seus gostos, interesses, preferências, limitações e problemas são atitudes que têm início no nascimento e terminam no final da vida, sendo assim influenciados pela família que é a primeira “sociedade” da criança e a cultura da qual tem participação.

Tais influências podem chegar até a criança de maneira positiva ou não, dependendo da referência que a mesma tem. Essa referência está ligada “a quem” e também a “o que”, ou seja, vai além da representatividade do âmbito familiar, envolve a sociedade no seu aspecto mais amplo, que seria seus padrões impregnados, destaque para a mídia, e rede de televisão que pregam e propagam uma ideia de valores muito das vezes distantes da realidade de muitas crianças brasileiras, onde a beleza é imposta pelos brinquedos e desenhos animados, na qual todas as personagens são brancas, loiras e dos olhos claros, onde, o personagem principal, que pode ser príncipes, princesas ou super-heróis raramente é representado pelo negro e pelo indígena.

Falta representatividade para essa criança negra e indígena, mas ao invés de assumir tal fato, que é real, há uma postura de negar esse preconceito, de afirmar que não existe e que estamos numa sociedade justa e igual para todos, o que infelizmente só se distancia de ser uma realidade efetiva, por conta desses discursos opostos a real situação, que é o de mascarar o preconceito contra o negro e o índio.

A escola possui uma atribuição notável e crucial na criação, construção e estruturação da personalidade e identidade emancipada de cada criança que frequenta o ambiente escolar, principalmente na educação infantil, no lugar em que dispomos de crianças com a faixa etária de até cinco anos idade, no qual os indivíduos estão mais acessíveis e disponíveis à aquisição de conhecimento e aprendizagem, ao se identificar e reconhecer com o modelo que lhe é apresentado.

Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, a identidade "é um conceito do qual faz parte a ideia de distinção, de uma marca de diferença entre as pessoas, a começar pelo nome, seguido de todas as características físicas, do modo de agir e de pensar e da história pessoal".

Desta forma, é importante que os professores elaborarem um planejamento diferenciado e exclusivo para trabalhar a construção da identidade, para considerar e reconhecer o ritmo de cada criança em sala de aula. O educador participante nesta etapa inicial do processo de construção da identidade deve articular episódios em que a criança diferencie sua singularidade e particularidade compartilhando com outras crianças, desenvolvendo, assim, sua criticidade desde a infância.

## **5 PRECONCEITO VELADO. PRECONCEITO NEGADO**

As crianças quando agem de forma negativa em relação ao diferente estão reproduzindo o que os pais ou pessoas próximas de seus grupos de influências e convívio fazem. Alguém precisa ensiná-las o respeito ao outro e a diversidade. Sendo a escola o primeiro espaço depois da família onde as crianças vão viver em sociabilidade, cabe à escola e ao professor colaborar positivamente para a construção da identidade das crianças negras e indígenas, tendo em vista que sua identidade depende de todo o processo de sociabilidade e ensino aprendizagem, contribuindo ao

mesmo tempo para a não propagação de atitudes preconceituosas por parte dos alunos brancos, negros e indígenas.

O preconceito velado e negado nada mais é do que aquele “mascarado”, “disfarçado”. Pode-se dizer que é o da pior espécie, pois mesmo havendo, afirma-se que não existe preconceito algum.

Prefere-se ocultá-lo, o que dificulta ainda mais trabalhar tal assunto nos âmbitos sociais. Destaca-se então a figura do professor, que pode influenciar positiva ou negativamente, onde sua formação pode definir tais questões e problemas cotidianos, visto que diante de uma situação preconceituosa em sala de aula entre alunos, que atitude deve ser tomada pelo professor? Interfere na situação ou finge que não viu?

A grande dificuldade está relacionada à formação dos professores, desde a graduação, que sendo deficiente, contribui para a propagação do preconceito velado, evidenciado em expressões como: “negrinha”; “amanhã é dia de preto”; “você é negra, mas é linda”; “não precisamos falar do dia da consciência negra, porque aqui na escola só tem brancos”; “coisa de índio”, “ela é a ovelha negra da família”, “programa de índio”, “pra que índio quer terra?” Essas e outras expressões deterioram a imagem do outro, menosprezando-o pela cor de sua pele e de seus valores culturais diferentes. O silêncio não serve como resposta para tais atitudes racistas, esse deve ser quebrado para que haja um rompimento de ideologias de que existe uma raça melhor e superior.

Não existe lugar de branco, de negro ou de indígena, não existem serviços, classes sociais, bairros e escolas pré-definidos para ambos. Cada um deveria ter a liberdade de escolher onde quer viver, todavia, o processo para compreender que o lugar que se pode ocupar social e economicamente não está vinculado à cor, cultura e costumes, deve começar desde educação infantil, sendo o professor o principal responsável para ajudar na formação de tais conceitos e concepções. Por isso a necessidade da valorização desse profissional, pois é ele que prepara a base, que irá permear toda a vida do sujeito.

A formação continuada do docente possibilita o confronto do preconceito no espaço escolar, estabelecendo uma comunicação que apresente conceitos tais como: raça, cultura e identidade, construindo assim alunos capazes de compreenderem e reconhecerem quem de fato são, possibilitando assim o fim do preconceito.

Ainda que o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena tenha se tornado obrigatório, o que se vê é uma grande distância na sua execução nas escolas. O que se tem visto são ações superficiais que acabam por não transpor a barreira da desigualdade que há séculos se faz presente em nossa história.

É necessário implantar um currículo flexível para adequar-se as diferenças, que perpassa as formas como as temáticas étnico-raciais são tratadas, sendo essas muitas vezes simplificadas, através de mostras musicais ou de comidas típicas e, até ridicularizadas, devido ao desconhecimento de quem as desconhecem. Um aspecto prejudicial na efetivação das leis no contexto escolar é a deficiência na formação do educador. Durante a graduação, a maioria deles não teve disciplinas que contemplassem a história e cultura afro-brasileira e indígena, o que acaba por resultar na deficiência dos conhecimentos nessas áreas. Para que isso melhore, é crucial a formação continuada dos docentes, bem como a utilização de metodologias que estimulem a criatividade e a criticidade do aluno, assim como a escolha adequada do material a ser trabalhado em sala de aula para que não acabe por reforçar ainda mais o racismo.

A centralização das aulas no livro didático é outra dificuldade encontrada, uma vez que este recurso é um dos principais apoios para o educador. A abordagem feita acerca da imagem do negro e do índio nos materiais geralmente acontece de forma pejorativa ou inviabilizada e, quase sempre, revelam traços de influência de uma visão eurocêntrica de seus autores, salientada pelo desconhecimento do professor sobre o referido conteúdo.

Isso só evidencia a necessidade de formação continuada dos professores para que saibam lidar com as temáticas, tendo em vista que anos após a promulgação das leis que incluem as histórias africanas e indígenas nas salas de aula, ousamos dizer que os materiais didáticos não configuram mais como problema central.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Toda criança tem o direito de ter sua identidade construída e todo o processo deve ser respeitado pelos sujeitos envolvidos, principalmente escola e família. Para isso também é necessário à efetivação da Lei n. 11.645 para a garantia de resultados



positivos e o entendimento de que o processo de composição da população brasileira passou por várias etapas e teve o envolvimento de várias etnias, resultando assim em uma sociedade mestiça.

É necessário destacar que, embora sejamos diversos culturalmente, existem povos, negros e indígenas, cuja contribuição e participação no processo de formação da identidade nacional foi negada e nem sempre é vista com bons olhos pela sociedade. Partindo do olhar preconceituoso e altamente influenciado pela etnia branca dominante, estes grupos estão excluídos do processo de composição e formação da população brasileira, tendo sua contribuição na história e cultura do país negado, e, quando lhes é dado algum crédito, resume-se a contribuições em aspectos musicais, culinários e palavras inseridas em nossa língua, excluindo-se as contribuições nos campos tecnológicos, econômicos e políticos.

A promulgação das Leis n. 10.639/03 e, posteriormente, sua atualização para a 11.645/08, são aliadas no processo de formação dos estudantes e sociedade. Trazem para as escolas questões sobre os africanos, os indígenas e seus descendentes, com o objetivo de quebrar a visão preconceituosa que ainda existe em relação a esses povos. Essas leis são necessárias no processo de reconhecimento da pluralidade cultural que envolve a nossa nação, uma vez que é no ambiente escolar que tais diferenças estão em evidência.

Porém, mesmo que se tenha conseguido uma atenção maior às questões dos povos indígenas, africanos e seus descendentes, ainda se observa a existência de lacunas que precisam ser preenchidas entre a teoria e a prática: falta de capacitação dos educadores para lidarem com tais temáticas, preconceitos e resistências individuais, a abordagem desses assuntos somente em dias comemorativos como o 13 de maio ou 20 de novembro e ainda a resistência da comunidade, escolar e do entorno onde a escola está situada.

Definição de datas não é o bastante, se esse não for encarado como um processo importante em todo o percurso. O dia 20 de novembro, por exemplo, é uma homenagem a uma das mais importantes lideranças negra que lutaram contra a opressão da escravidão, é também um marco para lembrar as lutas e reivindicações das populações afrodescendentes no país. Contudo tornou-se uma data vazia nas escolas, desvalorizada ao ponto de uma estagiária da rede privada de ensino, indagar sobre o dia 20 de novembro e receber a resposta de uma pedagoga que não tem

razão para tal discussão se a maioria dos alunos é composta de brancos. Ou seja, um discurso preconceituoso, de valorizar a importância do estudo de acordo com a cor da pele dos envolvidos. Que no caso citado, passa a não ter importância já que a escola é de brancos. Ignorâncias e preconceitos ainda impedem que se veja que a questão racial não é problema de negros e sim de toda a sociedade.

Este é um exemplo entre muitos outros presentes em nossas escolas que perdem oportunidades de fazer a diferença, na construção de uma sociedade melhor. Portanto, o que se vê nas escolas do Brasil são locais constituídos por um espaço, em vários momentos, pouco democráticos, formados por imposições, onde o diálogo e a busca por novos conhecimentos não são bem vistos. Assim, o que pode e deve fazer a escola para promover sua própria transformação é devolver no discurso escolar aquilo que é hoje ocultado: o uso social que é feito dos conhecimentos que ela transmite (VALENTE, 2003, p. 24).

No mais, é notável que, por maior que seja o esforço para o cumprimento das leis, ainda assim há dificuldades. Porém o comodismo e o conformismo de antes, estão agora, sendo questionados. E, embora as existências dessas leis não garantam que a história e a cultura afro-brasileira e indígena sejam trabalhadas no contexto escolar com as crianças, os avanços que estão sendo obtidos, até o momento, são importantes para que se supere a ideia de democracia racial e discriminação e preconceitos tão presentes no cotidiano escolar.

Portanto, abrir os olhos para uma realidade existente, afirmar que o preconceito existe, pode ser o primeiro passo, pois a partir de então pode ser discutido maneiras de enfrentá-lo e combatê-lo. Negá-lo em nada contribui, a não ser para a propagação da ideia de que falar do tema é coisa chata, maçante e do passado, mascarando sua existência e as consequências desagradáveis e danosas de sua prática.

Os pequenos da educação infantil precisam ter o direito de construir positivamente suas identidades a partir do conhecimento de seu passado, suas histórias de vida, de luta e honra dos africanos e indígenas que também fazem parte da história de todo brasileiro e nada mais justo do que serem lembrados e respeitados.

## **7 REFERÊNCIAS**

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. Tradução de Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei das Diretrizes e Bases da Educação. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 25 maio 2017.

BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Apresentação dos Temas Transversais: Ética**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: SEPPIR, 2004.

CANDAU, V. M. **Somos tod@s iguais?** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CAVALLEIRO, E. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2000.

FAZZI, R. D. C. **O drama racial de crianças brasileiras**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FIGUEIREDO, L. **Revista de História da Biblioteca nacional no bolso**. Raízes africanas, Rio de Janeiro, n. 6, Editora Sabin, 2009.

FILHO, G. R.; PERÓN, C. M. R. (ORG.). **Racismo e Educação: contribuições para a implementação da Lei 10.639/03**. Uberlândia: Edufu, 2011.

FREITAS, L. M. A. D.; VARGENS, D. P. D. M. Pluralidade Cultural nos Parâmetros Curriculares Nacionais: uma diversidade de vozes. **Linguagem & Ensino**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Católica de Pelotas. Pelotas, v. 12, n. 02, p. 373-391, jul-dez 2009.

GONÇALVES, L. A. O.; PETRONILHA, B. G. E. S. Movimento negro e educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 15, p. 134-158, set-dez 2000.

HERNANDEZ, L. L. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2005.

LOPES, N. B. **Malês e Identidade Negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MATTOS, R. A. D. **História e cultura afro-brasileira**. São Paulo: Contexto, 2007.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MUNANGA, K. **Origens africanas do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Global, 2009.

NASCIMENTO, A. D. **O Movimento Pré-Vestibular para Negros e Carentes: Histórico, Organização e Proposta.** Disponível em: <<http://www.alexandrenascimento.com>>. Acesso em: 05 maio 2017.

PINSKY, J. **12 faces do preconceito.** 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

SOUZA, M. D. M. **África e Brasil africano.** 3. ed. São Paulo: Ática, 2013.

VALENTE, A. L. E. F. Conhecimentos antropológicos nos Parâmetros Curriculares Nacionais. In: GUSMÃO, Neusa Maria M. (Org.). **Diversidade, cultura e educação.** São Paulo: Biruta, 2003.

## EDUCAÇÃO EM VALORES: O ENSINO EM VALORES NAS SÉRIES DO FUNDAMENTAL I

Alexandra Valone<sup>1</sup>  
Dândara Santos Silva  
Maysa Constantini  
Vanessa Velten Gonçalves Camargo  
Donaldson Rodrigues Thompson<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo identificar as mudanças comportamentais nos escolares para elencar quais são os processos pedagógicos e metodológicos do ensino em valores no ensino fundamental I. Verificamos as necessidades sobre o tema da educação em valores e como são aplicados os conceitos nas séries iniciais. Para tanto, entrevistamos uma professora – questionário com 30 perguntas para identificar processos relacionados ao ensino moral – regente do ensino fundamental I. Concluímos a importância da mediação do professor no cenário atual, em que algumas medidas pedagógicas podem desenvolver uma formação cidadã e com valores sociais positivos. Além disso, acreditamos que o cenário atual apresenta mudanças sociais significativas, e os diversos aspectos da dimensão atitudinal não acompanharam o processo de formação dos docentes.

**Palavras-Chave:** Educação em Valores. Dimensão Atitudinal. Metodologia de ensino.

### ABSTRACT

The purpose of this paper is to identify behavioral changes in schoolchildren to list which are the pedagogical and methodological teaching processes in elementary education. We verify the needs upon the Education Values subject and how these concepts are implemented in school. Therefore, we interviewed a teacher (30-question - questionnaire in order to identify the processes related to education values). We concluded the importance of teacher mediation in the current scenario, in which some pedagogical measures can develop citizenship based on positive social values. Besides, we believe that current scenario reflects important social changes, however several attitudinal aspects did not follow the teaching development process.

**Key words:** Education in Values. Attitudinal Dimension. Teaching Methodology.

---

<sup>1</sup> Graduadas em Pedagogia pela Faculdade Capixaba da Serra (MULTIVIX Serra).

<sup>2</sup> Mestre em Educação Física pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Professor da Faculdade Capixaba da Serra (MULTIVIX Serra). Membro do grupo de pesquisa em Estudos Olímpicos ARETE (UFES). E-mail: [dodobf@gmail.com](mailto:dodobf@gmail.com).

## 1 INTRODUÇÃO

Os valores são passados através da socialização, se transformam através do tempo, são ampliados e interagem com situações do cotidiano na qual vivemos, sempre se aprimoram de acordo com as experiências sociais.

Valores servem para orientar os comportamentos e as maneiras de como devemos interagir em sociedade e isso mostra como devemos contribuir para que a sociedade possa ter melhorias em seu desenvolvimento. Valores sociais são baseados de acordo com os costumes, hábitos e conceitos de uma comunidade, que leva em consideração religião, cultura, região, política e as normas que constituem o código civil (GERVILLA apud QUEIRÓS, 2004).

De acordo La Taille e Menin (2009) existem dois movimentos relacionados à crise de valores sociais, são eles: “Crise de valores”, que diz respeito ao movimento de transformação de valores ao longo do tempo, em que valores antes tradicionais estão sendo extintos. Em contrapelo, a discussão sobre “valores em crise” corresponde à concorrência entre esses valores ‘tradicionais’ com ‘novos’ valores sociais que antes eram marginalizados.

Esses movimentos transformam e atravessam de alguma forma a sociedade; para La Taille e Menin (2009), indicam a necessidade de caminhos para a educação de crianças e jovens sobre valores de maneira positiva, pois essa crise dificulta a compreensão do atual quadro axiológico.

No cenário atual, o estudo de valores—que são representações dos desejos de formação de comportamentos e atitudes em sociedade—foi expandido, assim muitas opções de conceitos surgiram como possíveis saídas (THOMPSON, 2015).

A escola intervém nos rumos da sociedade, visto que ela é diretamente influenciada pela comunidade em que se encontra e exerce as duas funções, a de absorver o meio e a de tentar modificar conforme as suas necessidades. O que acontece fora dos limites escolares reflete dentro da escola e vice-versa.

Mais ainda: o conhecimento de valores, crenças, modos de vida de grupos sobre os quais os currículos se calaram durante uma centena de anos sob o manto da igualdade formal, propicia desenvolver empatia e respeito pelo outro, pelo que é diferente de nós, pelos alunos na sua diversidade étnica, regional, social, individual e grupal, e leva a conhecer as razões dos conflitos que se escondem por trás dos preconceitos e discriminações que alimentam

as desigualdades sociais, étnico-raciais, de gênero e diversidade sexual, das pessoas com deficiência e outras, assim como os processos de dominação que têm, historicamente, reservado a poucos o direito de aprender, que é de todos. (BRASIL, 2013, p. 115).

No cotidiano escolar, o professor é um mediador e orientador para a transmissão de valores os seus alunos, como forma de auxílio na sua formação, pois a função do educador não está limitada apenas à transmissão de conhecimentos específicos de uma disciplina (THOMPSON, 2015).

Diante do conceito que engloba as dimensões do ensino, Coll *et al.* (2000) diz que se deve “saber” (dimensão conceitual), o que se deve “saber fazer” (Dimensão Procedimental) e “saber ser” (dimensão Atitudinal). A partir desses princípios, o professor precisa compor seu fazer didático.

Levando em consideração o assunto abordado, o nosso problema de pesquisa se baseia no processo de identificar as mudanças comportamentais nos escolares para elencar quais são os processos pedagógicos e metodológicos do ensino em valores no ensino fundamental I.

A fim de alcançar os objetivos, faremos uma entrevista com a professora regente do ensino fundamental I, para que possamos identificar as ideias, vivências, experiências e dificuldades para aplicação do tema da educação em valores no processo do ensino e aprendizagem. Formulamos um questionário com 30 perguntas para identificar a relação entre a autonomia, conceitos e necessidades relacionados ao ensino moral.

## **2 CONCEITO DE VALORES**

A conceituação do termo valor é complexa e ampla, pois, de acordo com Sanmartin (1995), não existe uma única definição. Aproximamo-nos da psicologia, da filosofia e da sociologia para entendermos o conceito de valores de forma mais profícua. A ideia da palavra valor corresponde ao vocábulo *axíós*, que remete à ideia de preço, mérito, recompensa, dignidade ou honra (VIGANOR, 2014).

Valores são essenciais para a convivência em sociedade. As relações humanas estão diretamente ligadas aos gostos, desacordos, afinidades, necessidades que promovem as junções e divisões nas comunidades.

Como bem explica DaCosta (2007, p.13), valores são entendidos “[...] como uma crença coletiva e consensual de duração estável que influencia sentido e significado das relações sociais e culturais”.

Vários filósofos discutiram sobre o termo ‘virtude’, que é similar ao termo valor na atualidade. Na cultura grega, está paralelo aos conceitos de ‘aretê’, cujo significado é “A expressão daquilo que se poderia definir como excelência ou superioridade” (BRANDÃO, 1999 apud RUBIO, 2001, p. 43).

No século XIX, o significado do termo “Valor” começou a se sobressair em relação ao conceito de “bem”, associando dimensões políticas e econômicas para alcançar seus significados (ABBAGNANO, 2000). Porém, não se exime a ação moral, apesar de que o valor cada vez mais se aproxima da concepção de preço, mercadoria e fenômenos econômico-sociais (THOMPSON, 2015).

O Marxismo é a linha de pensamento mais influente no que tange à significação de valor, pois caracteriza o valor como algo real da atividade humana, incorporado às suas relações e cotidiano. Marx (2004 apud THOMPSON, 2015) fundamenta sua teoria na ideia de que o trabalho humano e o modelo econômico capitalista supervalorizam o mundo das coisas e desvalorizam o mundo dos homens.

Esse conjunto selecionado de valores será confrontado com os de outros sujeitos e com outras identidades e, a partir dessas relações sociais, os valores e as identidades tendem a ser justificados ou/e a coexistir, sendo assim transmitidos ou inibidos pelas gerações e instituições sociais através de um sistema hierarquicamente organizado e complexo (ROKEACH 1973; 1979 apud SANMARTIN, 1995).

Segundo DaCosta (2007, p. 47),

Devemos entender que o processo de formação de valores está associado diretamente ao processo de formação cultural de uma determinada sociedade. O desenvolvimento moral ou de valores significa o desenvolvimento de uma consciência moral. Segundo Mora (1982), consciência moral pode ser concebida como adquirida. Podemos considerar que se adquire por educação das potências morais ínsitas no ser humano, neste caso, a consciência moral é algo que se tem a possibilidade de possuir sempre que se suscite para isso uma sensibilidade moral adequada. Temos consciência moral quando fazemos escolhas, quando assumimos voluntariamente certas normas, atitudes, posturas, diante de situações com que nos defrontamos.

De acordo com Lovisolo (1997), a decisão individual é influenciada e está intrinsecamente ligada em três dimensões: das normas, dos gostos e das utilidades das escolhas. Desse modo, os valores, as escolhas e as condutas são orientados



através de uma composição complexa e hierárquica desses eixos norteadores da conduta.

A conduta de valores está ligada ao prazer, gosto e bem-estar, pois esses fatores guiam as ações do sujeito em sua convivência cotidiana, de acordo com as regras, leis e tradições da cultura na qual ele se encontra inserido (LOVISOLO, 1997).

### 3 VALORES SOCIAIS E SOCIALIZAÇÃO DA INFÂNCIA

Os seres humanos não nascem automatizados para viver em sociedade, devemos diagnosticar e desenvolver uma forma de transmitir valores sociais que, na maioria das vezes, são construídos, destruídos e reconstruídos durante a vida. Segundo Dubar (2005), valores são expressos e compartilhados socialmente, são partes do convívio e do mundo vivido (THOMPSON, 2015).

A socialização é um processo importante, devemos desenvolver práticas e experiências pelo decorrer da vida para construirmos nossa personalidade e moralidade. Ao comparar a sociologia da infância e os processos de socialização atuais, é visível uma concepção de contradições durante a vida, tais contradições se iniciam do pensamento que a criança é o centro dos hábitos sociais.

Ao pesquisar o significado de criança na história, o que encontramos é “[...] aquele que não tem a palavra”, segundo a origem etimológica *in-fans*, ou seja, “aquele que não fala [...]” (SIROTA, 2001 apud THOMPSON, 2015, p. 44). Em alguns períodos a infância foi definida como:

[...]um período de crescimento, “quer dizer, essa época em que o indivíduo, tanto do ponto de vista físico quanto moral, não existe ainda, em que ele se faz, se desenvolve e se forma”, a infância representa o período normal da educação e da instrução. A infância é suficientemente frágil para que deva ser educada e suficientemente móvel para poder sê-lo. A criança é, pois, aqui, considerada antes de tudo como aquilo que os anglo-saxões denominam um *future being*, um ser futuro, em devir: ela [a infância] apresenta ao educador não um ser formado, não uma obra realizada e um produto acabado, mas um devir, um começo de ser, uma pessoa em vias de formação. Não importa que períodos da infância consideremos, sempre nos encontramos em presença de uma inteligência tão fraca, tão frágil, tão recentemente formada, de constituição tão delicada, com faculdades tão limitadas e exercendo-se por um tal milagre que, quando pensamos nisso tudo, não há como não se temer por essa esplêndida e frágil máquina. A condição a ser criada parece se localizar no oposto daquilo que nos é dado como ponto de partida (SIROTA, 2001, p. 9).

Anteriormente, o significado de criança era “aquele que não tem a palavra, não fala”; na atualidade, temos que reavaliar o conceito de criança e infância e considerar a criança como uma pessoa central dentro da metodologia de socialização e detentor de uma cultura peculiar. Segundo Corsaro (1997 apud BARBOSA 2007), a socialização das crianças são “reproduções interpretativas”, em que é reproduzido apenas o que é vivido em seu dia a dia.

Ao haver uma socialização ‘micro cultural de pares’, as crianças interagem, reorganizam e transformam os resultados socioculturais, isso resulta em importantes mudanças no comportamento, aumentando a criatividade no processo coletivo. Em nossa sociedade, as crianças têm a sua primeira interação através da família, logo após esta interação, se dá com a inserção da escola, na qual são inseridos os diferentes grupos de pares (LAHIRE, 2002 apud THOMPSON, 2015).

A socialização começa dentro da própria casa, primeiramente com a mãe, como sua principal relação afetiva e de confiança. Na relação familiar, a criança inicia o processo de inibição e torna públicos os seus gostos e desejos. Até o século XX, a sociedade era mais reclusa, tornando a socialização infantil uma ação controlada basicamente pela família. Desta forma, as crianças dividem o mesmo espaço, onde se constitui a apropriação e construção através dos valores de uma forma ativa. Nesse processo de intervenção e interação, todos os elementos que são do seu universo constituem seu quadro axiológico (DUBAR, 1997).

No entanto, as necessidades intelectuais são muito importantes, mas nada adianta se não forem transformadas as capacidades intelectuais em competências sociais e afetivas (THOMPSON, 2015).

A divisão entre psicologia e sociologia explicam como a criança se expressa na sociedade, mas também devemos entender a importância dos atos da sociedade sobre a mesma. Em sua formação, a criança usa de muitas referências que estão no seu cotidiano, muitas vezes referências controversas.

#### **4 EDUCAÇÃO EM VALORES**

A aplicação do conceito sobre valores é primordial na vida do ser humano, pois os valores definem gostos, preferências e normas. Entretanto, não deve ser função da

escola definir o que é bom ou ruim, deve-se educar 'em' valores, não numa doutrinação 'de' valores. A educação possui tendências transformadoras e de intervenções no contexto social (SANMARTIN, 1995).

A escola enquanto instituição social faz uma relação entre os conceitos de normas e valores com o processo de ensino aprendizagem. Os professores participam sempre de forma direta/indireta entre os conflitos dentro e fora da sala de aula (THOMPSON, 2015).

A metodologia em si, sobre como aplicar o ensino da dimensão atitudinal, precisa ser compreendida de uma forma geral e entender o aluno de forma afetiva como ser por um todo, para que a formação não seja somente para dentro da escola e, sim, para lidar com situações da vida de uma forma geral. É a partir do âmbito escolar, que podemos identificar as necessidades as quais a sociedade demonstra no aspecto da educação em valores, o que ocorre independente de contextos sociais, familiares e econômicos (ZABALLA, 2000 apud THOMPSON, 2015).

As relações entre os conceitos de valores e os métodos de ensino estão relacionadas sob a forma como devem ser trabalhados na escola, pois, se trabalhamos os conceitos sem compreendermos a forma de aplicação social, perdemos o sentido, e a educação deve estar diretamente ligada à formação do ser humano (SAVIANI, 1993).

Os valores indicam as expectativas, as aspirações que caracterizam o homem em seu esforço de transcender-se a si mesmo e à sua situação histórica; como tal, marcam aquilo que deve ser em contraposição àquilo que é. A valoração é o próprio esforço do homem em transformar o que é naquilo que deve ser (SAVIANI, 1993, p. 55).

Nesse sentido, Thompson (2005, p.53) argumenta que,

As atividades que envolvem os diversos sujeitos escolares, as experiências, os livros didáticos, os trabalhos, tudo isto demonstra e ao mesmo tempo implica em uma hierarquia de valores intencionalmente selecionados. São as regras do próprio jogo escolar que, explícita ou implicitamente, revelam os valores que são privilegiados na sociedade (COLL ET AL., 2000; DARIDO; RANGEL, 2005; FREIRE; OLIVEIRA, 2004).

A escola, enquanto instituição social, precisa assumir papéis os quais antes eram vistos como obrigações da família. O que ocorre é que o indivíduo passa a maior parte de sua a formação de cidadão dentro da instituição escolar. Nesse sentido, segundo Cortella; La Taille (2005, p.107):

[...] a escola precisa urgentemente assumir sua tarefa, pois é a única instituição que ainda tem legitimidade social para tanto, a única que, no fundo, diz respeito a todo mundo, visto que, em algum momento da vida, todo mundo

é aluno ou professor, pai ou irmão de aluno [...]. Ou seja, a escola ocupa um lugar central na sociedade.

Considerando esse debate, concluímos que o ensino em valores deve orientar os escolares, proporcionando sempre experimentos com base na teoria moral através do seu contexto social. O desenvolvimento da personalidade depende diretamente do âmbito social no qual o indivíduo está inserido, mas que não deve ser classificado como um preceito para a formação de acordo com Goergen (2001, p. 147):

O entendimento da educação moral como transmissão de virtudes, que da tradição nos é familiar, está hoje ultrapassada. Educação moral, no ambiente escolar, significa introduzir os educandos no contexto do debate ético com o objetivo de fomentar, por meio de um procedimento argumentativo/dialógico, a sensibilidade para as questões morais e a formação de uma subjetividade como o fórum de decisões práticas.

De acordo com a reflexão apresentada, podemos pensar na necessidade da educação em valores, apropriando-se de formas variadas na aplicação do tema. Nesse contexto de intensa importância, podemos concluir, de acordo com Darido (2012, p. 51) que:

É importante ressaltar que nem todos os saberes e formas culturais são suscetíveis de constarem como conteúdos curriculares, o que exige uma seleção rigorosa da escola (LIBÂNEO, 1994; COLL et al., 2000). Assim, conteúdos formam a base objetiva da instrução-conhecimento sistematizada e são viabilizados pelos métodos de transmissão e assimilação. Libâneo (1994), do mesmo modo que Coll et al. (2000) e Zabala (1998), entende que conteúdos de ensino são o conjunto de conhecimentos, habilidades, hábitos, modos valorativos e atitudinais de atuação social, organizados pedagógica e didaticamente, tendo em vista a assimilação ativa e aplicação pelos alunos na sua prática de vida. Dessa forma, quando nos referimos a conteúdos, estamos englobando conceitos, ideias, fatos, processos, princípios, leis científicas, regras, habilidades cognitivas, modos de atividade, métodos de compreensão e aplicação, hábitos de estudos, de trabalho, de lazer e de convivência social, valores, convicções e atitudes.

Os conteúdos que constituem o desenvolvimento educacional apresentados despontam como uma asserção pedagógica, para que o ensino possa ser planejado de acordo com especificidades de cada instituição, e leve em consideração os acontecimentos e as concepções abordadas (THOMPSON, 2015).

A distinção entre ambos os tipos de aprendizagem é necessária já que, em função dos objetivos ou metas de uma atividade escolar, será mais conveniente ativar nos alunos, de modo preferencial, um ou outro tipo de aprendizagem. Mas para poder fazê-lo de forma mais adequada é preciso conhecer quais são as condições idôneas para colocar em ação cada um desses dois tipos de aprendizagem (COLL et al., 2000, p. 33).

A participação de diferentes pessoas que compõem a gestão escolar –na qual determinam ações e definições com pluralidade – torna a questão multidisciplinar,

desta forma, discutindo e abrangendo a aplicação de metodologias que envolvam a educação em valores que direta ou indiretamente possam estar presentes (COLL ET ALL. 2000).

De acordo com Coll et al (2000), existem 3 definições sobre valores no campo acadêmico, são elas:

Uma organização duradoura de processos motivacionais, emocionais, perceptivos e cognitivos em relação a algum aspecto do mundo do indivíduo (Krech e Crutchfield).

Uma tendência ou predisposição do indivíduo para avaliar um objeto ou o símbolo desse objeto (Kartz e Stotland).

Uma predisposição relativamente estável da conduta em relação a um objeto ou setor da realidade (Castilejo).

Os valores servem como base para mudanças de ideias e estruturas educacionais, pois norteiam as regras e as ações dentro do sistema. A sociedade é baseada em padrões, normas e condutas estabelecidas por integrantes de um denominado grupo social. Neste sentido, afirma Thompson (2015, p. 61):

A complexidade das atitudes aumenta por serem também experiências subjetivas internalizadas que por vezes se expressam após avaliações de coisas, pessoas ou objetos. Deste modo, as atitudes podem ser também disposições intuitivas, com certo nível de automatização e de pouca reflexividade, muitas vezes, algumas atitudes possuem estágios mais basilares que progressivamente se transformam em atitudes complexas.

A escola precisa mediar estes conflitos, para que, assim, o processo de educação em valores possa se tornar algo possível de acordo com as relações e interações interpessoais. A dimensão atitudinal refere-se ao conhecimento de si mesmo, à transmissão aos educandos das formas de autoconhecimento, de como ele se formará socialmente (THOMPSON, 2015).

Segundo Zabala (1998, p.46):

Aprendizagem dos conteúdos atitudinais engloba uma série de conteúdos que por sua vez podemos agrupar em valores, atitudes e normas. O fato de que o componente afetivo atue de forma determinante em sua aprendizagem faz com que as atividades de ensino destes conteúdos sejam muito mais complexas que as dos outros tipos de conteúdo. O papel e o sentido que pode ter o valor solidariedade, ou o respeito às minorias, não se aprende apenas com o conhecimento do que cada uma destas ideias represente. As atividades de ensino necessárias têm que abarcar, junto com os campos cognitivos, os afetivos e condutais, dado que os pensamentos, os sentimentos e o comportamento de uma pessoa não dependem só do

socialmente estabelecido, mas, sobretudo, das relações pessoais que cada um estabelece com o objeto de atitude ou valor.

- Adaptar o caráter dos conteúdos atitudinais às necessidades e situações reais dos alunos.
- Aproveitar os conflitos que apareçam nestas vivências ou na dinâmica da aula, a fim de promover o debate e a reflexão sobre os valores que decorrem das diferentes atuações ou pontos de vida.
- Introduzir processos de reflexão crítica para que as normas sociais de convivências integrem as próprias normas.
- Favorecer modelos das atitudes que se queiram desenvolver.
- Fomentar a autonomia moral de cada aluno.

A expressão do conteúdo atitudinal envolve na sua essência o estudo de valores, atitudes e normas. Visando orientar o aluno a adquirir valores para empregar frente a um obstáculo ou a uma situação que exige a tomada de uma decisão socialmente positiva. Desta forma, o aluno terá condições de pensar uma atitude que irá possibilitar a resolução do problema, bem como uma sequência de critérios essenciais ao seu aprendizado.

Critérios estes que envolvem o pensar, o sentir e o atuar para a resolução do referido problema. Nesta etapa, também temos o aprendizado das normas necessárias à resolução, seguindo três graus sugeridos: (1) Aceitação simples, (2) conformidade que implica a reflexão e (3) a interiorização da norma aceita como regra básica para o funcionamento da coletividade.

## **5 ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS**

A fim de alcançarmos nossos objetivos, propomos como caminho metodológico um estudo do tipo exploratório. A ideia inicial era desenvolver o trabalho através de uma investigação de natureza qualitativa, de tipo fenomenológica, analisando as interpretações pessoais e subjetivas dos professores em seu cotidiano (BODGAN; BIKLEN, 1994). Para isso, utilizaríamos como instrumento de análise entrevistas semiestruturadas.

A pesquisa foi realizada com a professora regente do 1º ano do ensino fundamental da EMEF Ismênio de Almeida Vidigal, que fica localizada na Avenida Cachoeiro no Bairro Planalto Serrano bloco A, no município da Serra, ES. A entrevista e a coleta de dados na escola aconteceram entre os meses de abril, maio e junho de 2017.

## 5.1 ETAPAS E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Diante de nossas necessidades em desenvolver a pesquisa e com objetivo de investigar de forma qualitativa, buscamos colaboradores qualificados para explanarem de modo breve os métodos aplicados para o ensino de valores no grupo 1 A (6 anos). Esses requisitos foram importantes para entender melhor a metodologia aplicada em como ensinar valores na educação infantil e minimizar as adversidades do cotidiano.

O contato com as professoras selecionadas se deu diante do fato de que elas se mostraram prestativas e interessadas em colaborar com a pesquisa. O Grupo de pesquisa teve a oportunidade de conhecer a escola e toda a estrutura e gestão, assim tiveram um contato maior com os alunos e o corpo docente da escola. Durante esse período, para realização da pesquisa, foram feitos alguns questionamentos e, assim, uma professora se interessou em participar, o que de fato impulsionou uma colaboração voluntária.

A princípio, contávamos com 1 professora regente em uma turma com 25 alunos, atuando na educação básica, voluntária neste projeto, com o objetivo de analisar os modos como os mesmos ensinavam valores em sua prática cotidiana, identificando limites, possibilidades, alterações, modificações, rejeições e críticas à temática.

Sobre o instrumento de entrevista, foi construído um questionário a ser aplicado com os professores sobre o ensino em valores. No questionário, havia 30 perguntas; este foi construído com base no tema abordado sobre importância e a relevância da educação em valores. A entrevista foi realizada em dois dias, 06 e 07 do mês de junho de 2017. Cada entrevista durou 30 minutos e foi realizada na EMEF Ismênio de Almeida Vidigal; conversamos com alguns profissionais, mas a entrevista completa foi dada pela professora 1.

A professora 1, natural da Bahia, reside no estado do Espírito Santo desde os 37 anos. Hoje, com 57 anos de idade, é formada no magistério há 39 e na pedagogia há 9 anos. Atualmente, leciona na EMEF Ismênio de Almeida Vidigal, onde está há 8 anos. Terminou a pós-graduação em Psicopedagogia no ano de 2009. Possui cursos em Alfabetização Teoria e Prática, Educação Especial (DM), Educação Infantil,

Linguagem e Matemática (PNAIC), participação de capacitação do projeto Acelera Brasil e do Projeto se liga.

## 5.2 ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA ESCOLA

A EMEF Ismênio de Almeida Vidigal possui 22 salas de aula, que atendem de 15 a 25 crianças por sala no ensino fundamental I, e 35 crianças no ensino fundamental II (com turmas até o 7º ano) nos turnos matutino e vespertino. Desta forma, totalizando aproximadamente 1.015 alunos com faixa etária a partir de 06 anos até os 13 anos. Conta também com uma sala de recursos multifuncionais, biblioteca, laboratório de informática, 02 quadras de esportes, refeitório, 02 pátios, sala dos professores, sala dos pedagogos, sala dos coordenadores, banheiros adaptados, rampas para acessibilidade, auditório, sala de artes, sala de ciências, sala de vídeo.

A equipe é formada por: 01 Diretora, 05 Pedagogas, 05 Coordenadores, 01 Assistentes Administrativo, 05 Auxiliares de Serviços Gerais, 04 Estagiárias, 04 Merendeiras, 01 Porteiros, 52 Professores regentes de Sala de Aula, 02 Educação Especial, 02 Informática e 04 Artes. Totalizando 86 funcionários.

A escola é localizada no bairro Planalto Serrano, e sua comunidade é muito carente, mas muito participativa de todos os eventos, e necessidades que a escola apresenta, os pais comparecem constantemente às reuniões e contribuem ao máximo com sugestões e atendem aos pedidos dos pais. Assim, de forma harmoniosa, a escola possui bons resultados.

A escola está extinguindo as séries do ensino fundamental II, por isso possui alunos matriculados até o 7º ano. De fato, segundo a pedagoga 1, com a construção da Escola Viva no bairro, os alunos foram remanejados, e as turmas de 6º e 7º ano ainda existem devido à resistência dos pais, porém nos anos subsequentes irão para a Escola Viva ou para outras instituições.

## 5.3 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO



A proposta didático-pedagógica é baseada no projeto político-pedagógico (PPP) e todos têm conhecimento e trabalham na construção deste projeto. Existe coerência entre a proposta pedagógica e a prática, e é compatível com o que é descrito no PPP. A pedagoga dá ênfase em reconhecer a importância das inteligências múltiplas no dimensionamento da sala de aula, no dia a dia da escola, associando às Diretrizes e aos Parâmetros Curriculares. Valoriza-se com prioridade a formação de alunos de acordo com os Pilares da Educação: Aprender a ser, aprender a conviver. A proposta pedagógica é desenvolvida através dos projetos e de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral das crianças.

## 5 A PESQUISA

Os projetos didáticos realizados pela escola, através da literatura e outras atividades, em conjunto com outras disciplinas, demonstram a importância e o que são valores. É importante seguir o planejamento escolar, porém o professor pode utilizar do currículo oculto para algumas situações e aplicar novos métodos, desde que apresentados à gestão escolar e que exista uma necessidade significativa.

A professora 1, enquanto formada no magistério, seguia uma metodologia baseada nos termos tradicionais de ensino, na qual, há 39 anos atrás, um professor formado apenas no magistério poderia lecionar turmas das séries iniciais.

Na época que me tornei professora, em 1978, foi por falta de oportunidade. Iniciei na educação formada apenas em Magistério, anos após, me graduei em Pedagogia, e fiz pós-graduação em Psicopedagogia. Já trabalhei com várias idades e modalidades, tais como: educação infantil, séries iniciais, ensino médio, EJA, educação no campo, séries multiseriadas, técnica em Secretária de Educação e formadora de curso em nível médio. Hoje, trabalho com 1º ano há 7 anos seguidos e educação infantil há 9 anos, ao todo tenho 39 anos de sala de aula e ainda não sou aposentada (PROFESSORA 1).

Segundo a professora 1, ao logo dos anos que leciona, o processo de formação educacional passou por muitas mudanças. A educação antigamente era autoritária, além disso, os alunos que apresentavam dificuldade em aprender ou que não tinham bom comportamento eram castigados. Os professores eram rigorosos. Os valores eram impostos, de maneira arbitrária – e não aplicados para serem parte da formação de um cidadão crítico e pensante.

Os pais acompanhavam o desenvolvimento do aluno, e os filhos, em sua grande maioria, já estavam trabalhando para ajudar no sustento de suas casas, o que acarretava na escolha de não estudar. Nos dias atuais, os pais priorizam os estudos dos filhos para que eles possam ter uma profissão e um futuro melhor. As mudanças nas escolas foram um grande avanço positivo, mas a qualidade no ensino não acompanhou o processo. O acesso à escola, antigamente, era um privilégio, mesmo que as condições não fossem de qualidade; hoje, os educandos possuem mais motivação, mais qualidade, mais acesso e o desempenho é algo que não acompanha essa evolução. Nos formatos da escola tradicional, o aluno sempre busca o conhecimento, independentemente de suas habilidades, e o saber será sempre de poder do professor. Neste sentido, Gôngora afirma:

O caminho cultural em direção ao saber é o mesmo para todos os alunos, desde que se esforcem. Assim, os menos capazes devem lutar para superar as dificuldades e conquistar um lugar junto aos mais capazes. Caso não consigam, devem procurar um ensino mais profissionalizante (GÔNGORA, 1985, p. 23).

Para a professora 1, a importância do profissional na área da educação em conhecer bem o aluno interfere diretamente no desenvolvimento, pois o cada aluno possui uma vivência, e possui um contexto social; assim, o professor pode utilizar cada condição e trabalhar para obter um melhor resultado.

Questionamos a professora sobre as mudanças das propostas no ensino, o que ocorreu algumas vezes, como a exclusão do ensino de educação moral e cívica, o que, na visão da professora, não fez diferença para a educação, pois ninguém se tornou melhor ou pior devido à extinção da disciplina; porém, em outro momento da entrevista, ela concorda que o ensino de valores é essencial para a formação do ser humano e que a ênfase nessa questão é muito eficaz – o que de fato causa uma contradição no significado da educação em valores. Entretanto, mesmo com o reflexo negativo, o tema ainda é pouco questionado, e de pouca relevância para novas mudanças e necessidades em inclusão nas demais diretrizes.

De acordo com os dados encontrados na entrevista com a professora 1, as crianças em formação são futuros cidadãos desta e das próximas gerações, não sabem o que significa seguir regras, cumprir normas, pois se tornaram críticas demais. As crianças desenvolvem o pensamento de acordo com o que lhe é dito e, assim, transmite através da linguagem o pensamento a outra pessoa. O pensamento de uma criança não significa exatamente o que é falado e vai além das expressões (VIGOTSKY, 1998).

Neste contexto, a formação do profissional, tanto para a área de gestão, direção, docência, precisa ser a mais humanizada possível, estes profissionais precisam trabalhar em conjunto dentro e fora do ambiente escolar. As autonomias para os profissionais dentro de sala de aula precisam ser utilizadas para a prática de uma boa observação e conhecimento de cada aluno, uma vez que as dificuldades e habilidades diferentes devem ser valorizadas. A habilidade desenvolvida na sala de aula para essa questão precisa abranger o trabalho com a família, para que todas entendam que a capacidade não pode ser limitada, e, sim, estimulada e desenvolvida (VIGOTSKY,1998).

A existência de uma crise social de identidade, com a qual os pais não sabem como lidar, e essa liberdade, hoje, se transformaram em falta de atenção, falta de limites, falta de acompanhamentos e troca de responsabilidades, diante das quais a escola, muitas vezes, precisa assumir um papel moral (THOMPSON, 2015).

A substituição da falta de tempo tornou-se algo que por um tempo houve certo conforto, tanto para os pais quanto para os filhos, porém aquilo que não conseguimos substituir está causando um impacto na formação de cidadãos que irão gerir futuras gerações. Cidadãos frustrados, que não sabem como reagir com a roda gigante que é a vida, tanto nas relações corporativas, como familiares e sociais (PROFESSORA 1).

O cenário familiar mudou muito em relação à família “tradicional”. A sociedade possui várias formações no âmbito familiar, em que o mais importante deveria ser a formação da criança e suas várias fases de desenvolvimento para a construção do caráter.

A escola, hoje, assume o papel social integral, como colocar limites, impor regras. Essas deficiências de formação acarretam compensações que não contribuem para a formação de um cidadão consciente, munido de segurança e estabilidade emocional.

Podemos perceber que, na concepção da professora 1, ensinar valores é uma função que cabe à família, e a escola apenas reforça o que a família ensina, mas, mesmo assim, a escola toma para a si a responsabilidade de ensinar. Para a professora 1, os alunos nesta idade já possuem a consciência, pois os valores devem ser trabalhados desde cedo, desde que a família também participe.

A importância de o professor conhecer bem o aluno interfere diretamente no desenvolvimento, pois cada aluno possui uma vivência, e possui um contexto social, assim o professor pode aproveitar cada condição e trabalhar para obter um melhor

resultado. A educação sobre os valores precisa caminhar junto com os projetos interdisciplinares, propondo sempre a participação da comunidade e da família.

## 7 CONCLUSÃO

O desenvolvimento da presente pesquisa nos permitiu um acesso mais amplo à educação em valores. A ferramenta de coleta de dados – questionário – possibilitou identificar a necessidade deste estudo sobre como estes valores são aplicados, as metodologias utilizadas e as dificuldades em colocá-las em práticas devido às mudanças no âmbito escolar, no contexto familiar, e social.

Neste sentido, juntamente à necessidade de ampliar os currículos com parâmetros aprofundados nos aspectos de desenvolvimento, percebemos a necessidade de conhecer cada aluno para melhor atuar em sua vida acadêmica. Estes conhecimentos são de grande influência no seu desenvolvimento e cabe ao professor, que é um mediador de conflitos, lidar imparcialmente, mas de forma humanizada, para então contribuir no desenvolvimento educacional do aluno.

A pesquisa foi de extrema importância para a formação acadêmica devido às diretrizes às quais podemos acrescentar que a realidade envolve as diferenças. Assim passamos a entender que o meio influencia no desenvolvimento, o que pode acarretar situações negativas caso não haja intervenções.

Conclui-se, deste modo, que, para a educação de valores, a mediação e a intervenção do professor são ferramentas essenciais para a formação do educando.

## 8 REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. p. 27833-27841. Seção 1.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Secretaria de Ensino Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Educação Física**. Brasília, DF, 1997.

BRASIL. **ECA**. 1990-2015 disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)>. Acesso em: 12 de Dez. de 2014.

BRASIL. Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília. 2013, p. 552.

COLL, C. et al. **Psicologia e currículo**: uma aproximação pedagógica à elaboração do currículo escolar. 5. ed. São Paulo: Ática, 2000.

COLL, C. et al. **Os conteúdos da reforma**: ensino e aprendizagem de conceitos, procedimentos e atitudes. Porto Alegre: Artmed, 1998.

COLL, C. et al. **O construtivismo na sala de aula**. São Paulo: Ática, 2006.

CORTELLA, M. S.; LA TAILLE, Y. de. **Nos Labirintos da Moral**. Campinas, S.P.: Papyrus, 2005.

DACOSTA, L. Educação Olímpica como metalinguagem axiológica: revisões pedagógicas e filosóficas de experiências internacionais e brasileiras, p. 17-28 In: REPPOLD, A. et al. **Olimpismo e educação olímpica no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, 270 p.

DACOSTA, L. et al. **Manual de valores do esporte – SESI**: fundamentos. Brasília: SESI/DN, 2007, 195 p.

DARIDO, S. C. Educação física na escola: conteúdos, suas dimensões e significados. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Prograd. **Caderno de formação**: formação de professores didática geral. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 51-75, v. 16.

\_\_\_\_\_. **Educação física na escola**. Rio de Janeiro: Guanabara, 2003.

\_\_\_\_\_. Os conteúdos da Educação Física na escola. In: DARIDO, S. C; DARIDO, S. C. et. al. Livro didático na Educação Física escolar: considerações iniciais. **Motriz**. Rio Claro, v. 16, n. 2, p. 450-457, 2010.

DARIDO, S. C; RANGEL, I. C. A. **Educação Física na escola**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

DARIDO, S. C.; SOUZA JÚNIOR, O. M. **Para ensinar Educação Física**. Campinas, SP: Papyrus, 2007.

DUBAR, C. **A socialização**: Construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DUBAR, C. **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. Porto: Porto Editora, 1997.

GÔNGORA Francisco Carlos, **Tendências Pedagógicas na Prática Escolar**. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

LAHIRE, B. **Sucesso escolar nos meios populares**: as razões do improvável. São Paulo: Ática, 1997.

LA TAILLE, Y. **Moral e ética**: Dimensões intelectuais e afetivas. Porto Alegre: Artmed, 2006. 189 p.

LA TAILLE, Y.; MENIN, M. S. S. (org.). **Crise de valores ou valores em crise?** Porto Alegre: Artmed, 2009.

PIAGET, J. (1964/1991). **Seis estudos em Psicologia**. 18. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

QUEIRÓS, P. Para um novo enquadramento axiológico na participação de crianças e jovens no desporto, p. 187-198 In: GAYA, A.; MARQUES, A.; TANI, G. **Desporto para crianças e jovens: razões e finalidades**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004, 607 p.

SANMARTÍN, M. **Valores Socialesy Deporte: La Actividad Física y el Deporte como transmissores de valores sociales y personales**. Madrid: Ed. Gymnos, 1995.

SAVIANI, D. **Educação: do Senso Comum à Consciência Filosófica**. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 1993, 319 p.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1998.

ZABALA, A. Os enfoques didáticos. In: COLL, C. et al. **O construtivismo na sala de aula**. São Paulo: Ática, 2006, p.153-196.

ZABALA, A. **A prática educativa: Como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ZABALZA, M. Como educar em valores na escola. **Revista Pátio**. Porto Alegre, ano 4, n.13, jan./jul., 2000.

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar**. Tradução: Ernani F. da F. Rosa - Porto Alegre: Artmed, 1998, reimpressão 2010.

# **A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE FINANCEIRO PARA OS MEIS: UM ESTUDO PARA VERIFICAR O USO DAS FERRAMENTAS CONTÁBEIS NOS MEI - MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS DA SERRA, ES**

Wanderson Braga Lacerda<sup>1</sup>

## **RESUMO**

Este artigo apresenta como tema principal à figura jurídica do Microempreendedor Individual na elaboração e o uso das ferramentas contábeis no apoio a tomada de decisão. O objetivo geral deste artigo consiste em analisar os procedimentos e implantações utilizadas pelos microempreendedores individuais nas práticas contínuas de seus negócios nas aplicabilidades e meios das tomadas de decisões. Para a pesquisa do pressuposto se faz necessário embasamento teórico sobre a figura jurídica do Microempreendedor Individual, Contabilidade Gerencial, Contabilidade de Custos, Ferramentas Principais para a gestão Financeira, Ferramentas de Planejamento para tomada de decisão, Controle Financeiro e Desafios da Gestão Financeira. Este estudo justifica-se pela necessidade de suporte e acompanhamento das atividades exercidas pelos microempreendedores individuais, visto que a falta de informação e planejamento dificulta o desempenho e crescimento destes empresários específicos. Quanto a metodologia aplicada, trata-se de uma pesquisa de forma exploratória utilizando como base as principais ferramentas de uso da contabilidade e aplicabilidade das mesmas nas empresas. A abordagem da pesquisa define-se qualitativa, pois o presente estudo não apresenta dados numéricos e estatísticos, e sim a análise dos procedimentos utilizado pelo público pesquisado. O método utilizado foi por entrevistas, sendo realizada em algumas empresas do âmbito pesquisado. A coleta de dados deu-se por meio de entrevistas que foram realizadas, onde as informações obtidas na coleta de dados foram submetidas à análise, para que pudesse identificar as principais dificuldades e métodos utilizados pelas empresas. Contudo, evidencia-se a necessidade de apoio e acompanhamento ao público pesquisado, assim como também a necessidade do uso das ferramentas contábeis para o apoio e tomada das decisões.

**Palavras-chave:** Microempreendedor individual. Ferramentas Contábeis. Controle. Fluxo. Decisão. Informação.

## **ABSTRACT**

---

<sup>1</sup> Discente da faculdade Capixaba da Serra (MULTIVIX Serra). Email: wanderson.laacerda@gmail.com

This article presents as main theme the legal figure of the Individual Microentrepreneur in the elaboration and the use of accounting tools in support of decision making. The general objective of this article is to analyze the procedures and deployments used by individual microentrepreneurs in the continuous practices of their businesses in the applicability and means of decision making. For the research of the presupposition, it is necessary to base the theoretical on the legal figure of the Individual Microentrepreneur, Managerial Accounting, Cost Accounting, Main Tools for Financial Management, Planning Tools for decision making, Financial Control and Financial Management Challenges. This study is justified by the need to support and monitor the activities carried out by individual microentrepreneurs, since the lack of information and planning hinders the performance and growth of these specific entrepreneurs. As for the applied methodology, it is an exploratory research using as basis the main tools of accounting use and their applicability in companies. The research approach is defined as qualitative, since the present study does not present numerical and statistical data, but rather the analysis of the procedures used by the researched public. The method used was by interviews, being carried out in some companies of the scope researched. The data collection was done through interviews that were carried out, where the information obtained in the data collection was submitted to the analysis, so that it could identify the main difficulties and methods used by the companies. However, there is evidence of the need for support and follow-up to the public surveyed, as well as the need to use accounting tools to support and make decisions.

**Key words:** Individual microentrepreneur. Accounting Tools. Control. Flow. Decision. Information.

## 1 INTRODUÇÃO

Diante do período de grande competitividade e inovações, sobreviver ao cenário globalizado se torna cada vez mais difícil. Kruglianskas (1996), além disso, a competição baseada na inovação derruba, a cada dia, barreiras tradicionais de comércio e investimento. É neste contexto que pequenas empresas competem, buscando, antes de tudo, assegurar sua sobrevivência (MYTELKA, 1999).

De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), o MEI foi criado no ano de 2009, com foco no indivíduo que trabalha por conta própria, porém, fora da legalidade e, objetiva enquadrar este indivíduo nos parâmetros empresariais e legais, com o intuito de dar-lhes os mesmos direitos da classe.

Ainda de acordo com o SEBRAE, para ser um MEI é necessário se enquadrar em algumas exigências do projeto que são: (I) limite de faturamento anual de 60.000,00



mil Reais; (II) não ser sócio ou titular de outra empresa e não possuir filial; (III) trabalhar sozinho ou com no Máximo um funcionário conforme art. 966 da Lei nº 10.406, de 2002.

Art. 91. Considera-se Microempreendedor Individual - MEI o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 2002, optante pelo Simples Nacional, que tenha auferido receita bruta acumulada nos anos-calendário anterior e em curso de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) e que: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, § 1º e § 7º, inciso III)

I - Exerça tão-somente as atividades constantes do Anexo XIII desta Resolução; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, §§ 4º-B e 17)

II - Possua um único estabelecimento; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, § 4º, inciso II)

III - Não participe de outra empresa como titular, sócio ou administrador; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, § 4º, inciso III)

IV - Não contrate mais de um empregado, observado o disposto no art. 96. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-C)

§ 1º No caso de início de atividade, o limite de que trata o caput será de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) multiplicados pelo número de meses compreendidos entre o mês de início de atividade e o final do respectivo ano-calendário, consideradas as frações de meses como um mês inteiro. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-A, § 2º)

Ser um MEI traz muitas vantagens para a vida profissional do empreendedor. Entre elas destacam-se contribuição junto ao INSS, passando a ter direito aos benefícios conforme a Resolução comitê para gestão da rede nacional para a simplificação do registro e da legalização de empresas e negócios - CGSIM Nº 16 de 17.12.2009 Art. 26. Onde relata que a emissão de carnê para pagamento da contribuição previdenciária e do(s) tributo(s) para geração de direitos e garantias individuais previstas em Lei para o Microempreendedor Individual será disponibilizada no Portal do Empreendedor.

Nesse contexto foi criada a Lei Complementar nº128/2008 que traz um grande benefício tanto para os microempreendedores como para a economia brasileira de um modo geral: a formalização legal desses profissionais.

Por meio desse processo, eles adquirem direitos importantes como a qualificação de segurado do INSS, o acesso ao crédito, o direito de participar de licitações públicas e a possibilidade de negociar com as demais empresas de forma transparente, sem a menor preocupação com a atuação do fisco sobre sua atividade, uma vez que aderiu à legalidade.

É sem dúvida um grande passo para que amanhã, esses microempreendedores se tornem sócios de uma microempresa e isso se torne um círculo de crescimento econômico para as comunidades e para o Brasil (SANTOS; FREITAS, 2012).

Além de possuir o CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) conforme artigo (15º do CGSIM 16/2009) disponibiliza ao empreendedor, para impressão, via eletrônica do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, documento hábil para comprovar suas inscrições, alvarás, licenças e sua situação de enquadramento na condição de Microempreendedor Individual perante terceiros, ficando a sua aceitação condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet no portal do empreendedor, onde também possibilita a emissão de notas fiscais, vantagens na negociação de preço nas compras, como pessoa jurídica tem direito a produtos e serviços bancários e crédito, facilitando a captação e obtenção de recursos junto ao banco, que como Pessoa Jurídica lhes garante melhores taxas.

Porém, para ter direito aos benefícios faz-se necessário o cumprimento de obrigações, entre elas o pagamento do Documento de Arrecadação do Simples (DAS) mensalmente. Com a criação deste projeto o governo visa aprimorar e quantificar a importância deste grupo na economia do nosso país, que de acordo com o SEBRAE vem ganhando espaço no cenário nacional, e atualmente surpreende com números expressivos.

A prestação de contas se integra ao processo do fechamento do mês, quando é necessário preencher mensalmente um relatório contendo as receitas, pois segundo o MEI não há necessidade de ter um Contador, não tendo necessidade de envio dos mesmos, exceto quando exigido pelos órgãos pertinentes, neste caso a Receita Federal e a Secretaria da fazenda Estadual.

O papel do SEBRAE tem como objetivo incentivar o empreendedorismo, e formalizar novos empreendedores, mostrando as vantagens de se ter um negócio formal, e apontando os melhores caminhos e soluções na jornada do mercado, além de apoio a orientações o SEBRAE facilita ao acesso aos serviços financeiros, á tecnologia utilizada no mercado e sempre focando na competitividade do mundo empresarial.

Com o advento dessa nova lei, surgiu uma grande oportunidade de regularização de milhares de profissionais que hoje atuam na informalidade e o conseqüente aumento da arrecadação, e também deve implicar numa maior profissionalização desses empreendedores, que precisam controlar melhor suas contas para medir a rentabilidade, a viabilidade e a continuidade do seu pequeno negócio (SANTOS; FREITAS, 2012).

A contabilidade é fundamental para porte de empresas, porém mesmo com a Lei complementar 128/2008 onde criou a figura do Micro Empreendedor Individual (MEI), dispensa a contabilidade formal para este segmento, neste caso, torna-se indispensável a contratação de um contador para realização de procedimentos tributáveis, trabalhistas e procedimentos contábeis, mas vale ressaltar que a figura do contador é de extrema importância para decisões importantes que definirão o futuro do microempreendedor. De acordo com Crepaldi (2004 p. 20):

A contabilidade é uma atividade fundamental na vida econômica. Mesmo nas economias mais simples, é necessário manter a documentação dos ativos, das dívidas e das negociações com terceiros. O papel da contabilidade torna-se ainda mais importante nas complexas economias modernas. Uma vez que os recursos são escassos, temos de escolher entre as melhores alternativas, e para identificá-las são necessários os dados contábeis.

De acordo com Bugarim (2009 p.10):

[...] a classe contábil brasileira passou a ter um novo e importante desafio: esclarecer e orientar milhares de trabalhadores brasileiros interessados em aderir ao Microempreendedor individual (MEI). Ciente da responsabilidade profissional e social, empresários da área contábil e escritórios optantes pelo Simples Nacional estão se preparando para a missão de fornecer todas as informações necessárias [...]

Neste sentido, a pesquisa foi desenvolvida de forma qualitativa fazendo necessário identificar o uso das ferramentas contábeis como apoio para tomada de decisões, uma vez que o uso das ferramentas contábeis facilita o desenvolvimento de estratégias de trabalho e a tomada de decisões.

No que diz respeito entradas, saídas, contas a pagar, contas a receber, pois analisando o mercado atual, o mesmo está cada vez mais sensível e dinâmico aos acontecimentos de forma mundial, e a realidade do contexto atual exige que os empreendedores se adequem ao mercado atual através de planejamento financeiro, registros contábeis e demais ferramentas visando a otimização dos recursos disponíveis e redução dos custos e principalmente a maximização dos resultados positivos (SANTOS; FREITAS, 2012).

Este artigo tem como objetivo analisar e verificar a utilização do uso das ferramentas contábeis, como: controle financeiro, orçamento e fluxo de caixa, entradas e saídas de mercadorias. E como objetivos específicos: analisar a frequência do uso das ferramentas contábeis do MEI, verificar o nível de importância das ferramentas contábeis adotadas pelo MEI, e qual o meio utilizado para tomada de decisões aplicadas pelo MEI.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 CONTROLE FINANCEIRO

O controle financeiro se baseia no comando das atividades e avaliações onde são controladas através de algumas ferramentas a partir dos dados patrimoniais e da situação atual do fluxo de caixa. Entende-se que controlar as finanças da empresa, também é uma forma de orientar o proprietário/administrador sobre a situação financeira em que a empresa se encontra (LUDÍCIBUS; MARIONS, 2006).

Ludícibus e Marion (2006, p. 3) afirmam que o fluxo de caixa “demonstra a origem e a aplicação de todo o dinheiro que transitou pelo caixa em um determinado período e o resultado de fluxo”, sendo que o caixa engloba as contas caixas e bancos, evidenciando as entradas e saídas de valores monetários no decorrer das operações que ocorrem ao longo do tempo nas organizações.

Para Zdanowicz (2000, p. 33) “o fluxo de caixa é o instrumento que permite demonstrar as operações financeiras que serão realizadas pelas empresas, facilitando a análise e a decisão de comprometer os recursos financeiros, de relacionar o uso das linhas de créditos menos onerosas, de determinar o quanto à organização dispõe de capital próprio, bem como utilizar as disponibilidades da melhor forma possível”.

Esta ferramenta tem a característica de evidenciar os fatos que verdadeiramente movimentam o caixa. Entende-se que a movimentação de caixa é algo extremamente dinâmico, acaba se tornando uma ferramenta estática, pois os seus resultados se refletem em determinado momento (THIESEN, 2000).

Por sua vez, Thiesen (2000, p. 8-13) “completa explicando que as demonstrações do fluxo de caixa permitem mostrar, de forma direta ou indireta, as mudanças que tiveram reflexo no demonstrativo de caixa, sejam elas origens e aplicações”.

As informações do fluxo de caixa são úteis para favorecer aos usuários das demonstrações financeiras, tornando esta ferramenta como base para avaliar a capacidade da empresa na geração de saldos de caixas e equivalentes de caixa e atendendo as necessidades da empresa (GITMAN, 2003).

Gitman (2003, p. 376) “O orçamento de caixa ou previsão de caixa é uma demonstração das entradas e saídas planejadas no caixa da empresa. É usado pela

empresa para estimar o caixa exigido a curto prazo, com atenção especial ao planejamento para excedente de caixa e para escassez de caixa”.

## 2.2 DESAFIOS DA GESTÃO FINANCEIRA

Um dos maiores desafios do Microempreendedor individual e da microempresa é realizar um planejamento financeiro adequado. O controle dos dados contábeis do empreendimento onde o auxílio dos profissionais da contabilidade é de extrema importância, gerando fluxo de caixa e o balanço comercial da empresa (MORAIS, 2010). Morais (2010, p. 80) afirma que:

A contabilidade e a auditoria proporcionam à gestão financeira maior controle das finanças, pois a função do contador é desenvolver e prover dados para mensurar o desempenho da empresa, avaliando a situação financeira perante os impostos, contabilizando todo seu patrimônio, elaborando as demonstrações, reconhecendo as receitas no momento em que são incorridos os gastos.

Dentre as ferramentas para análise e planejamento financeiro estão o fluxo de caixa, ferramenta que na qual relata os recebimentos e pagamentos a serem realizados, também o demonstrativo de resultado avalia o volume de vendas, o custo de mercadorias vendidas e as despesas que são fixas e variáveis e também o balanço patrimonial que calcula o valor do patrimônio líquido da empresa. (ROSS, 1998).

Santi (1993, p. 67), escreve: “É de fundamental importância o uso desse controle, pois a administração superior das empresas tem como religião a necessidade de saber do destino dado às suas disponibilidades. Também é importante saber de onde vieram as disponibilidades de que a empresa se utiliza”.

Segundo Ross (1998, p.82), “Planejamento Financeiro formaliza a maneira pelo qual os objetivos financeiros podem ser alcançados. Em visão mais sintetizada, um plano financeiro significa uma declaração do que a empresa deve realizar no futuro”. O planejamento dá a empresa subsídios, para que não seja surpreendida e possa ter uma alternativa já prevista, caso tenha que tomar uma decisão.

Para Weston (2000, p.343), “O processo de planejamento financeiro começa com a especificação dos objetivos da empresa, após o que a administração divulga uma série de previsões e orçamentos para cada área significativa da empresa”.

O SEBRAE-RJ (2009) aponta os erros mais comuns na gestão financeira de uma empresa, onde pode se transformar em um verdadeiro pesadelo na rotina de um empresário podemos verificar a seguir os erros mais comuns:

- Não ter as informações corretas e necessárias sobre o fluxo de caixa, saldos dos estoques das mercadorias, valores das contas a receber, valores das contas a pagar, volume das despesas fixas e financeiras e dentre outras, isso ocorre devido à falta de registro adequado das transações devidas.
- Falta de informações de resultados da empresa, principalmente se está obtendo saldo positivo ou negativo em razão da elaboração de demonstrativo de resultado.
- Não calcular corretamente o preço de venda dos produtos, pelo desconhecimento dos custos e das despesas.
- Não conhecer corretamente o volume, a origem dos recebimentos, a quantidade e o destino dos pagamentos, porque não há elaboração do fluxo de caixa.
- Não saber o valor patrimonial da empresa, o que ocorre quando não é feito um balanço patrimonial.
- Não saber quanto os sócios retiram de pró-labore porque não existe um valor fixo para a remuneração deles.
- Não conhecer corretamente o custo das mercadorias vendidas porque não há um registro adequado de estoque.
- Não saber corretamente o valor das despesas fixas da companhia, porque as despesas pessoais dos sócios e as da própria empresa não são calculadas separadamente.
- Não saber administrar corretamente o capital de giro, pelo desconhecimento do ciclo financeiro das operações.
- Não fazer análise e planejamento financeiro porque não existe um sistema de informações gerenciais (fluxo de caixa, demonstrativo de resultados e balanço patrimonial).

Segundo Morais (2010, p.33):

A administração financeira, hoje conhecida como gestão financeira é uma ferramenta ou técnica utilizada para controlar da forma eficaz, a concessão de crédito para clientes, planejamento, análise de investimentos e, de meios viáveis para a obtenção de recursos para financiar operações e atividades da empresa, visando sempre o desenvolvimento, evitando gastos desnecessários, desperdícios, observando os melhores “caminhos” para a condução financeira da empresa.

De acordo com Oliveira (2005, p.05):

Os contadores admitem a extrema importância do fluxo de caixa, assim como o administrador financeiro utiliza o regime de caixa, mas cada um tem suas especificidades e maneira de descrever a situação da empresa, sem menosprezar a importância de cada atividade já que uma depende da outra no que diz respeito à circulação de dados e informações necessárias para o exercício de cada uma delas.

### 2.3 PRINCIPAIS FERRAMENTAS

Em meio ao período de grande concorrência empresarial, o mercado tem se tornado cada dia mais competitivo, as empresas têm buscado formas de se manter e garantir sua sobrevivência no mercado. Em decorrência disso, investem na melhoria da eficácia e eficiência em sua gestão, buscando melhor um melhor planejamento, desenvolvimento e desempenho das atividades, diminuindo seus custos, melhorando a qualidade do preço e serviço prestado de forma a atrair seus clientes (GITMAN, 1997). Segundo Lemes (2002, p. 243):

O planejamento financeiro direciona a empresa e estabelece o modo pelo qual os objetivos financeiros podem ser alcançados. Um plano financeiro é, portanto, uma declaração do que deve ser feito no futuro. Em sua maioria, as decisões numa empresa demoram bastante para serem implantadas. Numa situação de incerteza, isso exige que as decisões sejam analisadas com grande antecedência.

Existem algumas ferramentas que favorecem para o bom desenvolvimento das instituições, entre elas elaboração do fluxo de caixa, Controle das contas a receber e a pagar, Controle de estoque entre outros, o uso correto das mesmas garante aos negócios informações completas e dinâmicas, essenciais para bom controle dos recursos da organização. Segundo Gitman (1997, p.588):

O planejamento financeiro é um dos aspectos importantes para funcionamento e sustentação de uma empresa, pois fornece roteiros para dirigir, coordenar e controlar suas ações na consecução de seus objetivos. Dois aspectos-chave do planejamento financeiro são o planejamento de caixa e de lucros. O primeiro envolve o planejamento do orçamento de caixa da empresa; por sua vez, o planejamento de lucros é normalmente realizado por meio de demonstrativos financeiros projetados, os quais são úteis para fins de planejamento financeiro interno, como também comumente exigidos pelos credores atuais e futuros.

### 2.4 FLUXO DE CAIXA

Organizar as finanças de uma empresa é fundamental para obtenção do controle financeiro, para isso existe uma importante ferramenta: O fluxo de caixa, que tem a função de controlar a movimentação financeira (as entradas e saídas de recursos) em determinado período de uma empresa, com a finalidade de saber com exatidão os valores a pagar com as obrigações e valores a receber e qual será o saldo disponível naquele período e Segundo Zdanowicz, (2000 p.23) “O fluxo de caixa tem como objetivo básico a projeção das entradas e saídas de recursos financeiros para determinado período”. Criado para servir como um planejamento o fluxo de caixa contribui para o acompanhamento de todas as receitas e gastos da empresa. Porém muitos empreendedores só fazem uso desses dados para saber se vai faltar dinheiro no fim do mês, quando o ideal é acompanhar os meses futuros para programar e decidir os caminhos a seguir (ZDANOWICZ, 2000).

Segundo Gitman (1997, p 586), o fluxo de caixa é a espinha dorsal da empresa, sem ele não se saberá quando haverá necessidade de financiamentos bancários. Empresas que necessitam continuamente de empréstimos de última hora poderão se deparar com dificuldades de encontrar bancos que a financiam.

O fluxo de caixa se adapta às necessidades e segmentos empresariais e seu plano de contas acompanha a demanda e prioridade das organizações, para as empresas do MEI a gestão do fluxo de caixa torna-se útil e objetiva, pois este tipo de segmento requer apenas o controle das entradas e saídas de recursos, servindo para gerar informações completas e objetivas acerca da capacidade financeira do empreendimento (GITMAN, 1997).

Segundo Gitman (1997, p. 590), “o orçamento de caixa, ou projeção de caixa, é um demonstrativo dos fluxos das entradas e saídas projetadas de caixa da empresa, usado para estimar suas necessidades de caixa a curto prazo”.

No entanto para isso faz-se necessário o uso correto dessa ferramenta de acordo com as necessidades e saiba interpretar as informações de acordo com o controle. O controle sinaliza se os negócios estão caminhando conforme objetivos traçados, pois a desorganização afeta diretamente nos lucros da empresa, auxiliando no processo de tomada de decisão de forma rápida e segura.



Para Gitman (1997, p.590), “orçamento de caixa permite a empresa prever as necessidades de caixa da empresa a curto prazo, geralmente no período de um ano, subdividido em intervalos mensais”.

## 2.5 CONTROLES – CONTAS A RECEBER E A PAGAR

Em uma empresa para se ter uma gestão eficiente, faz-se necessário a implantação de controles internos, ferramentas essenciais e importantes para o bom funcionamento e organização financeira, as contas a receber e a pagar é parte fundamental dentro desse processo (CREPALDI, 2007).

O controle das contas a receber e a pagar permite ao gestor uma visualização mais abrangente dos compromissos assumidos pela empresa com o objetivo de acompanhar de forma simples os pagamentos a serem efetuados em determinado período (GITMAN, 1997).

O Controle das contas a pagar tem o objetivo de controlar, verificar e processar os pagamentos das contas pagas, que podem vir identificadas por notas fiscais, recibos, faturas de fornecedores entre outros, esse controle possibilita estudar melhor as oportunidades de assumir novos compromissos, não permitindo por exemplo o pagamento de um número excessivo de contas em determinadas datas, e permitindo que o empresário fique informado de forma global dos compromissos da empresa e se antecipa sobre os vencimentos (BASSO, 2005).

Conforme orienta Basso (2005), “proporciona uma visão global dos compromissos assumidos pela empresa, permitindo acompanhar os pagamentos a serem realizados em determinado período”.

As contas a receber por sua vez geralmente são representadas por duplicatas ou faturas e é de extrema importância que o controle das contas a receber seja executado de maneira eficaz, pois tais informações nortearão os gestores na tomada de decisão em diversos setores, devendo ser observadas que a forma de execução desse controle seja conforme prioridades e necessidades de cada empresa (ATTIE, 2011).

Complementa Attie (2011, p. 89) que “[...] um controle interno apropriado para uma gestão eficiente de contas a pagar está totalmente ligado à avaliação de melhores

oportunidades ou de assumir novos compromissos, estabelecendo prioridade nos pagamentos”.

Enfatiza Lins (2011) “que todo esse processo inicia com uma eficiente análise da concessão de créditos aos clientes. Fator este que determinará o índice de inadimplência da empresa. O controle desses processos evita que lançamentos sejam efetuados incorretamente ou até mesmo que possam ocorrer fraudes”.

Gitman (2010) “através das contas a receber à possibilidade de conhecer o montante das contas a receber, as contas a vencer e as vencidas com adjunto de tais informações acionar o departamento de cobrança para os clientes que não são assíduos em relação ao pagamento dentro do prazo estabelecido pela instituição”.

## 2.6 CONTROLE DE ESTOQUE

Ching (1999) afirma que, o estoque é toda a matéria-prima qualificando-se como embalagens, peças e dentre outros tipos de mercadorias, qualifica-se também como produtos acabados, semiacabados e dentre outros. O estoque constitui na armazenagem de mercadorias ou até mesmo produtos onde possui uma previsão de uso posteriormente. O principal objetivo do estoque é atender a demanda aos clientes.

Sendo o Ballou (1993), o estoque representa um percentual entre 25% a 40% dos custos de uma empresa. Para evitar certos descontroles, se faz necessário a verificação da demanda e procura, desta forma poderá minimizar os custos dos produtos ou materiais compostos por um estoque que possui uma certa durabilidade.

Segundo Dias (1993, p. 36):

A gestão de estoques visa elevar o controle de custos e melhorar a qualidade dos produtos guardados na empresa. As teorias sobre o tema normalmente ressaltam a seguinte premissa: é possível definir uma quantidade ótima de estoque de cada componente e dos produtos da empresa, entretanto, só é possível defini-la a partir da previsão da demanda de consumo do produto.

Para Valente (1997), os estoques elevados e mal administrados tornam-se o preço final dos produtos exorbitantes, bem como também a aplicação indevida do capital de giro.

Em um mercado globalizado e extremamente competitivo, se faz necessário que as empresas tenham um bom controle e manutenção desse ativo, e é fundamental que exista uma boa relação entre cliente-fornecedor para que ambos possuam um bom desenvolvimento e consiga alcançar os objetivos entre fornecedores, clientes-empresas e cliente (BALLOU, 1993).

Segundo Ballou (1993, p. 204) os estoques possuem uma série de objetivos. São eles:

Melhorar o nível de serviço; Incentivam economias na produção; Permitem economia de escala nas compras e no transporte; Agem como proteção contra aumentos de preços; Protegem a empresa de incertezas na demanda e no tempo de ressuprimento; Servem como segurança contra contingências.

No entendimento de Beulke e Bertó (2001), o acompanhamento de entradas, estocagem e saída ou consumo dos estoques, é algo básico e de grande importância, pois o autor entende-se que a falta desse controle pode ocasionar grandes ociosidades dos estoques, dentre desperdícios, maus usos, desvios e demais eventualidades.

Os fatores relacionados refletem em prejuízos para as empresas, tais como o desembolso de recursos financeiros para a manutenção do estoque.

### **3 METODOLOGIA**

A presente pesquisa foi desenvolvida em fevereiro de 2017, por base de dados advindos de uma pesquisa exploratória fundamentalmente qualitativa, utilizando a estratégia de entrevistas. O caráter qualitativo foi escolhido uma vez que se tem o propósito de obter informações descritivas por meio de contato direto do pesquisador com a situação pesquisada (TERROSSI; SANTANA, 2013). Para Terence e Perussi Filho (2006) esta metodologia é eficaz por apontar e esclarecer os significados dos acontecimentos estudados.

Por sua vez, de acordo com Gil (1999) conceitua a entrevista como “uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação”.

Nesta investigação há ênfase ao processo de controle e desenvolvimento financeiro das empresas do Microempreendedor Individual, buscando compreender os desafios

enfrentados por este novo segmento empresarial. Tendo como local de pesquisa a cidade de Serra, Espírito Santo, onde o número de empreendedores tem apresentado um crescimento considerável desde que foi criado, e segundo SEBRAE (2016) estão instaladas cerca de 26.958 empresas do MEI, no entanto a presente pesquisa será aplicada em 10% das empresas deste total.

#### **4 ANÁLISE DOS DADOS**

A pesquisa foi realizada em empresas de microempreendedores individuais por meio de entrevistas, sendo entrevistados 20 empreendedores onde cada entrevista eram feitas 18 perguntas. A pesquisa tinha como objetivo verificar se o empresário MEI faz o uso das ferramentas contábeis/financeira no seu dia-dia. Marion (2009) fala que a contabilidade é necessária a todo tipos de empresa principalmente para a de pequeno porte. Todas as entrevistas foram respondidas.

Obteve então, 20 entrevistas para a tabulação dos dados, feita manualmente e depois transferidos para o formulário do *Google Forms*.

De acordo com o público pesquisado, 50% dos empresários atuantes são homens e 50% mulheres. Isso mostra a presença do sexo feminino na atuação do mercado competitivo e globalizado, onde cada dia vem ganhando espaço em diversos âmbitos, inclusive no âmbito empresarial.

Com relação a idade dos empresários pesquisados, 40% possuem entre 19 a 30 anos, e 60% de 31 a 50 anos.

Mediante as informações obtidas nas entrevistas, foi notado que parte dos empreendedores pesquisados fazem o uso do controle de caixa de forma manual, mas não possuem registros de entradas e saídas de mercadorias.

As mercadorias que são vendidas de forma a prazo, o registro é realizado em caderno de forma separada, os entrevistados informaram que grande maioria das vendas são realizadas de forma a vista.

Foi verificado durante a entrevista que grande parte dos pesquisados possuem segregação entre contas familiares e da empresa, uma empreendedora pesquisada relata que não é possível haver a separação das contas, pelo fato de seu empreendimento ser instalado em parte de sua residência.

Os entrevistados pesquisados relataram que a maioria dos seus fornecedores são fixos, mas a maior deficiência é na formação do preço dos produtos/serviço. Uma pequena empresária ao ser entrevistada relatou que o método utilizado por ela é a pesquisa de mercado, mas não se sabe se a forma utilizada está obtendo lucro ou prejuízo. Os empresários pesquisados relataram que na atual situação da empresa não se sabe em qual resultado a empresa se encontra, lucro ou prejuízo.

## **5 CONCLUSÃO**

Diante da pesquisa apresentada, pode-se dizer que o uso das ferramentas contábeis é de extrema importância para a estabilidade de uma empresa. Independente do faturamento ou porte da empresa, a contabilidade veio como apoio nas atividades exercidas por qualquer organização, onde é exigido certo conhecimento, controle, planejamento e sempre auxiliando os empresários e gestores a tomar a melhor decisão.

Nota-se que o MEI faz o uso de algumas ferramentas contábeis para o auxílio na tomada de decisão, porém, nas entrevistas realizadas foram notados que alguns MEIs pesquisados não fazem o uso das ferramentas. Alguns empresários pesquisados informaram que utilizam a contabilidade em sua empresa e demonstra confiança na contabilidade, pois entende-se que a contabilidade e suas ferramentas proporciona o sucesso para sua empresa.

É evidente em parte dos entrevistados a não importância pelos serviços prestados pela contabilidade. Porém, todo empreendimento se faz necessário de um bom controle que a contabilidade proporciona para o apoio nas tomadas de decisões.

Entretanto, evidencia-se que se o microempreendedor individual (MEI) passar a fazer o uso das ferramentas contábeis e extrair as informações pertinentes para o uso e tomada de decisão, certamente poderá ter um controle financeiro maior de seu empreendimento e conseqüentemente haverá bons resultados.

## 6 REFERÊNCIAS

ATTIE, W. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BALLOU, R. H. **Logística Empresarial**. São Paulo: Atlas, 1993.

BALLOU, Ronald H. **Logística empresarial: transportes, administração de materiais e distribuição física**. São Paulo: Atlas, 1993.

BASSO, I. P. **Iniciação à auditoria**. 3. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

BEULKE, Rolando; BERTÓ, Dalvio José. **Estrutura e análise de custos**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

BLATT, Adriano. **Análises de balanços – estrutura e avaliação das demonstrações financeiras e contábeis**. São Paulo: Makron, 2001.

BRAGA, **Demonstrações contábeis**, São Paulo: Atlas, 1999.

BUGARIM, Maria Clara Cavalcante. **A função da classe contábil com o MEI**. *Jornal do CFC, Distrito Federal, ano 12, n. 99, p. 10, jun/jul. 2009.*

CARTILHA DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL em [http://gestaoportal.sebrae.com.br/uf/rio-de-janeiro/microempreendedor-individual/o-que-e/cartilha\\_mei2014](http://gestaoportal.sebrae.com.br/uf/rio-de-janeiro/microempreendedor-individual/o-que-e/cartilha_mei2014) Acesso em 26 de Agosto de 2016.

CHING, H. Y. **Gestão de estoques na cadeia de logística integrada**. São Paulo: Atlas, 2001.

CREPALDI, Aparecido Silvio. **Contabilidade Gerencial**. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas. 2004.

CREPALDI, S. A. **Auditoria Contábil: teoria contábil**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

DIAS, Marco Aurélio P. **Administração de materiais: uma abordagem logística**. 4 ed.. São Paulo: Atlas, 1993.

ERROS IMPERDOAVEIS NO FLUXO DE CAIXA. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/pme/noticias/4-erros-imperdoaveis-no-fluxo-de-caixa-do-seu-negocio> Acesso em: 23 de Setembro de 2016.

FREZATTI, Fábio. **Orçamento empresarial: planejamento e controle gerencial**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GESTÃO FINANCEIRA DO CONTROLE DE DECISÃO. Disponível em: <http://www.sebraemais.com.br/solucoes/gestao-financeira-do-controle-a-decisao> Acesso em: 20 de Setembro de 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios da administração financeira**. São Paulo: Habra, 1997.

GITMAN, Lawrence J.; MADURA, Jeff. **Administração Financeira: uma abordagem gerencial**. São Paulo: Afiliada, 2003.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

IUDÍCIBUS, Sergio de, MARION, Jose Carlos. **Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação**. São Paulo; Atlas, 1999.

LEMES JUNIOR, Antonio Barbosa, CHEROBIM, Ana Paula, RIGO, Cláudio Miessa. **Administração financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

LINS, L. dos S. **Auditoria: uma abordagem prática com ênfase na auditoria externa**. São Paulo: Atlas, 2011.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 15 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MORAIS, Szabo. **Administração financeira: princípios, fundamentos e práticas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

OLIVEIRA, Dílson campos. **Manual Como Elaborar Controles Financeiros**. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2005.

PADOVEZE, Clovis L. Tributos na Formação de Preços de Venda. **Boletim n. 150 Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo**, março 2004.

PALÁCIO DO PLANALTO LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LCP/Lcp123.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp123.htm) Acesso: em 27 de Março 2017.

PLANEJAMENTO FINANCEIRO PARA PEQUENAS EMPRESAS. Disponível em: [http://www.anegepe.org.br/edicoesanteriores/brasil/\[59\].pdf](http://www.anegepe.org.br/edicoesanteriores/brasil/[59].pdf). Acesso em: 10 de Novembro de 2016.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/> Acesso em: 26 de Agosto de 2016.

PORTAL DO EMPREENDEDOR – ESTATÍSTICAS - TOTAL DE EMPRESAS OPTANTES NO SIMEI POR MUNICÍPIO DA UNIDADE FEDERATIVA ES. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/estatistica/lista-dos-relatorios-estatisticos-do-mei>. Acesso em: 10 de Maio de 2017.

REVISTA ELETRÔNICA DE CONTABILIDADE (DESCONTINUADA) – PLANEJAMENTO FINANCEIRO. Disponível em: <http://cascavel.cpd.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/contabilidade/article/view/142>. Acesso em: 1 de Novembro de 2016.

ROSS, Stephen A., WERTERFIELD, Randolph W., JORDAM, Bradford D., **Princípios de administração financeira**; tradução Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1998.

SANTI, Armando S. F; OLINQUEVITH, José Leônidas. **Análise de balanço para controle gerencial**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1993.

SANTOS, Jefferson Dias; FREITAS, Ricardo Costa. O “Microempreendedorismo Individual”: um passo positivo para a economia brasileira. 2012. Disponível em: <<http://201.2.114.147/bds/BDS>. Acesso em: 03 abril de 2017.

SEBRAE-MG. **Cartilha do Empreendedor Individual**. Disponível em: <http://www.sebraemg.com.br/atendimento/bibliotecadigital/documento/Cartilha-Manual-ou-Livro/Cartilha-do-Microempreendedor-Individual>. Acesso em: 26 de Agosto de 2016.

SEBRAE NACIONAL FINANÇAS. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/tipoconteudo/financas>. Acesso em 10 de Outubro de 2016.

SEBRAE - RJ - SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, A IMPORTÂNCIA DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DA EMPRESA. 2009. Disponível em: <http://www2.rj.sebrae.com.br/boletim/a-importanciada-administracao-financeira-da-empresa>. Acesso em: 26 de Agosto de 2016.

SEBRAE NACIONAL – TENHO UMA MICROEMPRESA – ANÁLISE E PLANEJAMENTO FINANCEIRO. Disponível em: <http://www.ead.sebrae.com.br/tenho-uma-microempresa/apf-analise-e-planejamento-financeiro/>. Acesso em: 1 de Novembro de 2016.

SISTEMA DE NORMAS GESTÃO DA INFORMAÇÃO - RESOLUÇÃO CGSN Nº 94, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2011. Disponível em:



[http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=36833&visao=a\\_notado](http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=36833&visao=a_notado). Acesso em: 27 Março de 2017.

TERENCE, A. C. F.; PERUSSI FILHO, E. D. Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais. XXVI ENEP - ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO. Associação Brasileira de Engenharia de Produção (ABEPRO), Fortaleza, 2006

THIRSEN, João Arno de Oliveira. A demonstração do Fluxo de Caixa nas organizações e sua importância como instrumento da Tomada de Decisão. **Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre: n. 100, p. 8-13, maio 2000.

TERROSSI, M. J.; SANTANA, L. C. Concepções e práticas de Educação Ambiental presentes nos projetos da Universidade Livre do Meio Ambiente. **Revista Eletrônica de Mestrado em Educação Ambiental**, v 30, n. 2, Rio Grande p. 64-84, 2013.

VALENTE, M. G. **Gerenciamento de transportes e frotas**. São Paulo: Pioneira, 1997.

VANTAGENS DO FLUXO DE CAIXA. Disponível em: <http://movimentoempreenda.revistapegn.globo.com/news/vantagens/2012/08/fluxo-de-caixa-basico-097.html>. Acesso em: 23 de Setembro de 2016.

ZDANOWICZ, Jose Eduardo. **Fluxo de caixa**. 8. ed. Porto Alegre: Segrauzzatto, 2000.

WESTON, J. Fred; Brigham, Eugene F. **Fundamentos da administração financeira**. São Paulo: Makron Books, 2000.

# ESTUDO DA TECNOLOGIA BIM E OS DESAFIOS PARA SUA IMPLANTAÇÃO

Anderson Borges Degasperi<sup>1</sup>  
Evilazio Martins Neto  
Fernanda L. Rocha Degasperi  
Francisco de Amorim Aguiar  
Daniel Rizzo Vivas<sup>2</sup>

## RESUMO

Este trabalho apresenta o histórico, características, importância do uso na construção civil e os desafios de implantação da tecnologia BIM no Brasil e restante do mundo. Para tal, além da abordagem conceitual, utilizou-se do estudo de caso de empresas que já dominam esta tecnologia, o processo pelo qual passaram para sua implantação e as dificuldades enfrentadas.

**Palavras-chave:** Building Information Modeling. Tecnologia. Interoperabilidade. Modelagem paramétrica. Compatibilização.

## ABSTRACT

This work presents the history, characteristics, importance of the use in civil construction and the challenges of implementing BIM technology in Brazil and the rest of the world. To do this, in addition to the conceptual approach, a case study was used of companies that already dominate this technology, the process by which they have passed to their implementation and the difficulties faced.

**Key words:** Building Information Modeling. Technology. Interoperability. Parametric modeling. Compatibility.

## 1 INTRODUÇÃO

Building Information Modeling (BIM), em português Modelagem de Informações da Construção, é um recurso promissor na área de engenharia e arquitetura que integra diversas disciplinas de um projeto em uma modelagem virtual, identificando incompatibilidades e informações potenciais para o próprio projeto (AZHAR, 2011).

---

<sup>1</sup> Graduandos do curso de Engenharia Civil na Faculdade Capixaba da Serra (MULTIVIX Serra). E-mail: nowanderson@gmail.com; evilaziomartins@msn.com; ferochadegasperi@gmail.com; francisco.f@matricial.eng.br.

<sup>2</sup> Orientador. Docente da Faculdade Capixaba da Serra (MULTIVIX Serra). Engenheiro Civil. Mestrando em Engenharia na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: daniel.vivas@multivix.edu.br.

Embora o conceito de Modelagem de Informações da Construção seja relativamente novo, o processo de trabalho envolvendo essa metodologia já tem mais de 30 anos.

O conceito mais antigo já documentado foi um protótipo de trabalho chamado "Building Description System", publicado por Chuck Eastman, na Universidade de Carnegie-Mellon, em 1975 (EASTMAN, 2014). De acordo com Azhar (2011), a importância da Modelagem de Informações da Construção (conceito BIM) consiste no fato de diminuir o custo do projeto, aumentar a produtividade e qualidade, reduzir o tempo de entrega, reduzir retrabalhos e evitar desperdícios. Tem início na fase de simulação virtual de construção e após finalizada esta etapa, as informações geradas servirão de apoio para as atividades de design, compras, cronograma de obra, fabricação e da própria construção. É possível ainda usar tais informações para demonstrar o ciclo de uso do edifício, extrair detalhes de contratos e interligar especificações de construção. Vale ressaltar que o BIM não é apenas um programa computacional, mas sim uma plataforma que integra os mais variados membros do projeto (arquitetos, engenheiros, proprietários, empreiteiros, fornecedores, etc.), fazendo mudanças nos processos e fluxos de trabalho.

São informações indelévels, criadas a partir de um fluxo de dados que poderão ser usadas nos mais diversos momentos do ciclo de vida do projeto, inclusive pelos setores de seguros ou jurídicos, por exemplo. Portanto, o conceito não pode ser resumido em uma nova forma de fazer o desenho, mas sim um novo patamar de qualidade na administração e planejamento de um projeto (PRATES, 2010).

Segundo Eastman (2014), o uso inteligente do BIM causa grandes mudanças nos relacionamentos dos envolvidos, no empreendimento e nos termos contratuais entre eles, além disso a colaboração entre o arquiteto, o empreiteiro e as outras disciplinas do projeto deverão ser feitas com maior antecedência, já que o conhecimento fornecido pelos especialistas é usado com intensidade durante a fase de projeto.

Entretanto o planejamento e controle da produção nas empresas construtoras têm sido visto como peça fundamental para o sucesso dos empreendimentos, uma vez que, com as flutuações da economia e com clientes cada vez mais exigentes quando se trata de qualidade, prazo e custo, o preço de venda que antes era determinado pela construtora, passa a ser determinado gradativamente pelo mercado, sendo assim é necessário voltar às atenções para o controle dos custos no qual o processo de planejamento é indispensável (EASTMAN 2014).

Ainda na questão conceitual, o que faz a diferença entre o processo BIM e o sistema CAD tradicional é a presença da modelagem paramétrica e da interoperabilidade. A modelagem paramétrica visa a representação de objetos por parâmetros e regras vinculados à sua forma, fazendo também a incorporação de características e propriedades não geométricas a tais objetos. Estes modelos baseados em parametria de objetos ainda proporcionam, pelo uso do BIM, a extração de relatórios e checagem de incompatibilidades entre objetos criados. A determinação do nível de precisão de um modelo será garantida pela variedade de regras presentes em certos gráficos paramétricos. Os objetos são criados com o uso de parâmetros de ângulos, distâncias e regras (conectados a paralelo a, distante de). Estes modelos geram a capacidade criativa dos projetistas, possibilitando novas formas não existentes em outros aplicativos comercializados e podendo, ainda, ser inseridos em qualquer outro projeto ou biblioteca virtual de um escritório de arquitetura (SIMPÓSIO BRASILEIRO DE QUALIDADE DO PROJETO NO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 2009).

Com a aplicação da interoperabilidade elimina-se a duplicidade de informações de entrada que já tenham sido geradas e dinamiza o fluxo de trabalho entre diferentes aplicativos de forma automatizada e sem obstáculos (SIMPÓSIO BRASILEIRO DE QUALIDADE DO PROJETO NO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 2009).

Os estágios no uso do BIM, em que o Brasil e o resto do mundo se encontram, são delineados por estas ferramentas. No primeiro estágio, há a solidificação dos aplicativos baseados em objetos paramétricos, que já substituem, aos poucos, o CAD tradicional. Assim como os modelos geométricos tridimensionais substituem os modelos bidimensionais. Esta fase é caracterizada pela capacidade dos projetistas em manipular informações referentes a objetos e espaço. Entretanto, esta capacidade fica retida apenas na produção interna dos escritórios de arquitetura (SIMPÓSIO BRASILEIRO DE QUALIDADE DO PROJETO NO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 2009).

Enquanto no estágio inicial o BIM é utilizado como ferramenta e não como um amplo processo de trabalho, no estágio intermediário há uma convergência do uso do ambiente de interação com o desenvolvimento de programas de análise integrados, e ainda insere o desenvolvimento de modelos 4D (tempo) e 5D (custo). Nesta fase, a interoperabilidade e a colaboração entre os membros da equipe são essenciais na atividade de projeto. Num estágio mais avançado, que ainda não está bem consolidado no cenário internacional, e muito menos no Brasil, será possível a

utilização de modelos totalmente integrados, cujos fluxos de trabalho acontecerão continuamente, sem sobreposições ou perdas. O conceito de modelo único surgirá como propósito coletivo de construção, em que as equipes multidisciplinares utilizarão um ambiente virtual tridimensional, com uma rede centralizada de banco de dados. (SIMPÓSIO BRASILEIRO DE QUALIDADE DO PROJETO NO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 2009).

As organizações internacionais têm investido em pesquisas em BIM e órgãos governamentais de vários países têm incentivado bastante o uso do BIM, seja por intermédio de regulamentos ou fóruns de discussão do tema. Embora haja a aplicação consolidada do BIM em estágios mais avançados, a grande maioria dos escritórios ainda caminha numa prática incipiente, num estágio ainda inicial. A exemplo disso, em 2012 o Reino Unido estabeleceu um prazo de 4 anos para que todas as construtoras adotassem o BIM, ou seja, no final de 2016, todas as obras públicas serão projetadas por meio do uso do BIM nível intermediário. Essa medida gerou um aumento de 37% em adaptações de empresas a plataforma BIM (EASTMAN, 2014).

Já no Brasil, a tecnologia BIM está há pouco tempo, cerca de 10 anos, porém nota-se que os motivos para o adotar já estão claros. Por outro lado, o mercado brasileiro ainda desconhece ou até mesmo não se interessa por sua aplicação, principalmente pela questão financeira, pois a tecnologia é cara (BARONI, 2011).

Algumas partes do governo e entidades de classe estão na busca de se aperfeiçoar nessa tecnologia e avançar, como a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). O conteúdo total da normativa foi planejado para ser desenvolvido e publicado em sete partes. As partes 1, 2 e 3 já foram publicadas e correspondem, respectivamente, aos conteúdos: ABNT NBR 15965-1:2011 - Classificação e Terminologia, que explica como o conteúdo foi planejado, inclusive a divisão da norma em sete partes; ABNT NBR 15965-2:2012 - Características dos Objetos; e ABNT NBR 15965-3:2014 - Processos da Construção Civil (AMORIM, 2015).

Outro entrave, este no quesito técnico, é a inexistência de bibliotecas virtuais para obtenção de itens já prontos. Enquanto em outros países, como Estados Unidos por exemplo, é possível adquirir as especificações completas, aqui no Brasil é preciso programá-las, transformando-as em modelos. Não se trata apenas de importar a tecnologia de lá, pois as especificações de construção americanas não são iguais as brasileiras, sendo incompatível o seu uso (PRATES, 2010).

Os obstáculos no Brasil são: A carência de desenvolvimento de processos e normatização nos empreendimentos a estabelecer o nível de detalhes empregado nas várias fases do projeto, englobando escritórios, empresas no setor civil e profissionais. Essa dificuldade deve-se a falta de um gerente de BIM (BIM Manager); A dificuldade de troca de informações nos padrões dos aplicativos de projetos BIM e programas de estimativas orçamentárias de maneira íntegra e segura (CICHINELLI, 2009).

Sem dúvida a ferramenta BIM tem inúmeros benefícios e cada vez mais utilizada e compreendida. Entretanto, existem alguns desafios que o BIM ainda precisa superar para que sua aplicação seja mais rápida:

- A necessidade dos processos-modelos de transição sejam bem definidos para eliminar problemas de interoperabilidade de dados;
- A exigência de que os dados de design digital sejam computáveis;
- A necessidade de estratégias práticas bem desenvolvidas para a troca proposital de dados e integração das informações significativas entre os componentes do BIM (AZHAR, 2011).

No que tange ao gerenciamento, não há uma forma única de implementação ou utilização do BIM. Diferente de outras práticas de construção, um documento BIM único é capaz de fornecer instruções para sua aplicação. Muitas empresas que vendem programas estão ganhando muito dinheiro com este alvoroço do BIM e possuem softwares para tratar certos aspectos quantitativos, mas não o processo como um todo (AZHAR, 2011).

Segundo Lino (2012), o principal entrave encontrado, até mesmo em países onde o BIM já é bastante utilizado, é a falta de pessoal com competências para colaboração e comunicação através das tecnologias 3D, 4D e 5D. Outros aspectos técnicos limitam a adoção prática do BIM, como: alto investimento inicial para aquisição de softwares compatíveis, presença de falhas durante a interoperabilidade de plataformas, responsabilidade e delegação de direitos de autoria no uso do BIM.

Porém, conforme já evidenciado, as barreiras estão centradas em recursos humanos e nas falhas das organizações, uma vez que os fluxos de comunicação e confiança em algo novo não são facilmente alteráveis.

## 2 MÉTODO DE PESQUISA

A estratégia de pesquisa utilizada para a elaboração deste artigo é um estudo de caso, que de acordo com Gil (2007), tem o propósito de explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos, descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação e pode ser utilizado em pesquisas exploratórias, descritivas e explicativas.

Segundo Yin (2001), o estudo de caso beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e a análise de dados. Deste modo, foram analisadas as condições de uso da plataforma BIM em projetos de dois escritórios de arquitetura localizados em Vitória, ES. As seguintes questões foram levantadas para a realização deste estudo, no período entre agosto e setembro de 2016:

- Desde quando o conceito BIM é utilizado como ferramenta de trabalho?
- Há algum projeto realizado no conceito BIM por iniciativa do governo?
- Qual foi o projeto mais promissor e com melhores resultados?
- O projeto citado já foi iniciado com o conceito BIM ou foi transferido para a plataforma e, assim, checado as interferências? Houveram muitas?
- Qual o estágio do BIM foi utilizado para modelagem das informações (3D, 4D, 5D, 6D, etc.)? Houve o envolvimento de outros participantes do projeto além da equipe de arquitetura?
- O projeto já está em fase de execução? Em caso positivo, os membros envolvidos continuam aplicando a plataforma para fins de manutenção do projeto?
- Houve algum problema de uso (planejamento, projeto, execução, etc.) da plataforma BIM?
- Qual foi o maior desafio enfrentado nesse projeto (aprendizado, excesso de incompatibilidades, custo, softwares)?
- Qual sua opinião sobre a justificativa do BIM não estar sendo adotado tão bem e na mesma velocidade quando comparado ao software Computer Aided Design (CAD)?

Buscou-se entender o histórico de implantação do conceito BIM, as principais dificuldades, as possíveis falhas, os casos de sucesso e os desafios a serem

enfrentados no mercado capixaba de arquitetura, além da identificação de boas práticas para a área de engenharia.

### 3 RESULTADOS

O escritório de arquitetura 1 surgiu em 2014, da colaboração entre os arquitetos e engenheiros formados pela Universidade Federal do Espírito Santo, com foco na arquitetura contemporânea e soluções inovadoras. O uso do BIM é inserido neste contexto como oferta de facilidades de projetos aos clientes, por exemplo: treinamentos, integração e compatibilização virtual da obra.

O caso de sucesso desta empresa foi a implantação do BIM na construtora Lorenge S.A., com sua sede certificada em LEED Gold e uma equipe interna de projetos, planejamento e obra, com mais de 30 arquitetos e engenheiros, entre outros profissionais. Consistiu numa iniciativa da própria contratante, tendo início em março de 2014 e findado o processo em agosto de 2015. Por se tratar de uma mudança de plataforma e o andamento de grandes empreendimentos se darem simultaneamente, foi realizado um Plano de Implementação pelo escritório de arquitetura, para que o processo ocorresse suavemente e a absorção desta mudança fosse completa. Como etapas do Plano de Implementação foram estabelecidos os prazos e metas de implantação; o treinamento e capacitação da equipe da Lorenge envolvida; implementação do projeto piloto, com manual de boas práticas, entrega de um projeto modelo nos padrões da construtora (neste caso um empreendimento comercial e residencial no centro de Linhares - ES); a difusão interna do conhecimento e a posterior aplicação nos projetos em andamento, a melhoria dos *templates* e biblioteca virtual.

O início da implantação do BIM se deu com o envolvimento das equipes de projeto da empresa, contemplando as fases de Projeto Básico, Projeto Executivo, Orçamento e Planejamento. Uma vez que estas equipes assimilassem esta implantação, a capacitação seria estendida para o setor de Novos Negócios e Contratação de projetos externos.

Como em qualquer mudança, a transição do Autocad para o BIM gerou benefícios e entraves. Com o decorrer da implantação, era esperado, no mínimo, os mesmos



resultados obtidos no CAD. Já nos primeiros testes verificou-se ganhos imediatos. Os benefícios desta implantação foram o ganho de melhor visualização e melhor entendimento interdisciplinar; facilidade na documentação; facilidade no gerenciamento das informações do projeto; entendimento holístico do projeto; ganho de tempo e precisão na quantificação de materiais; rotinas complexas configuradas tornaram processos morosos em processos mais ágeis; geração simultânea de documentação e quantitativos, ou seja, a redução drástica de trabalhos redundantes.

Os entraves observados foram a criação e validação da grande quantidade de informações, dados vinculados a modelagem paramétrica; as limitações do próprio software (Revit); a mudança de filosofia de trabalho e a curva de aprendizagem longa. Estes últimos entraves também já eram aguardados, pois a quebra da rotina e a mudança de cultura sempre representam um grande ou talvez o maior desafio.

Quanto as incompatibilidades, é possível mencionar que houveram sim, problemas simples de inconsistências nas disciplinas do projeto e que foram solucionadas antes da obra ser iniciada, evitando assim retrabalhos durante a construção. É possível citar como incompatibilidade encontrada pelo software, por exemplo, a colisão das linhas de ar condicionado com as prumadas de esgoto do shaft das áreas técnicas (projeto hidrossanitário). A solução apresentada foi o desvio das linhas frigorígenas por fora do shaft, através do entre-forro da cozinha.

As obras do projeto modelo, objeto deste estudo de caso, já estão em fase de execução, com o status de 32% do total da obra em outubro de 2016. Portanto, até o momento, é possível estabelecer que o conceito BIM está sendo utilizado num estágio intermediário, com emprego das técnicas de simulação virtual - 3D e planejamentos das fases do projeto - 4D. Porém não é possível estabelecer se o BIM continuará sendo usado em seu potencial máximo, para fins de manutenção por exemplo (gerenciamento de facilities).

O escritório de arquitetura 2 foi fundado em 2009, aliado a uma empresa de vanguarda da área de engenharia de estruturas da construção civil. O uso inicial do BIM pelo CEO da empresa data de 2005, época em que pouco se falava do conceito no Brasil. Desde então, o próprio conceito e os diversos softwares integrantes da plataforma BIM são práticas diárias deste escritório entre os arquitetos e engenheiros.

O exemplo de sucesso da empresa é a Nova Sede do Sebrae – ES. Trata-se de uma iniciativa da entidade, juntamente com o governo do estado. Ganhador do XII Grande Prêmio de Arquitetura Corporativa, o maior prêmio de arquitetura da América Latina, sendo reconhecido na categoria "Green Building". A obra foi projetada com 6900m<sup>2</sup> e a preocupação com o meio ambiente foi levada muito em conta: a execução em concreto, vidro, e estrutura metálica reduz custos, tempo e volume de resíduos. O projeto ainda conta com iluminação natural, reúso de água, ventilação cruzada, proteção termoacústica com grama e geração de energia solar, totalizando 15 itens de sustentabilidade.

Esse projeto foi licitado com a exigência de modelagem completa de todas disciplinas e já foi concebido na plataforma BIM (softwares Archicad, TEKLA, TQS, SAP2000, entre outros), com um design eficiente, simplificando as interfaces multidisciplinares. Assim, o projeto foi da fase conceitual até a sua fase executiva sem muitas incompatibilidades. As equipes envolvidas (arquitetura, engenharia, equipe de operação e obra) interagem na base principal do projeto, realizando consultas e gerenciamento de suas fases.

Segundo o autor do projeto citado, conforme os dados da entrevista realizada, a criação dos termos usados para definir os atributos de verificação dos modelos como 3D, 4D, 5D, nada tem a ver com as dimensões conhecidas na física, haja visto que existem apenas três dimensões espaciais e a quarta seria o tempo. Portanto, é preferível que o uso do BIM e as tecnologias alcançadas, como análise bioclimática, gestão de tempo de obra, consumo energético, operação pós obra, etc., sejam citadas somente como "estágios do BIM".

Durante o desenvolvimento deste estudo de caso, a obra já estava em execução, especificamente na fase de fundações. Merecida atenção é dada a forma que a equipe de arquitetura, juntamente com a equipe de engenharia do Sebrae têm para visualizar os projetos desta obra e usar a tecnologia em seu potencial: o acompanhamento das plantas e vistas dos projetos, bem como consultas de informações da obra no dia-a-dia se dá pelo uso de tablettes e smartphones, com todas as dimensões que o BIM pode proporcionar ao usuário. Várias daquelas pranchas em papéis A0, esvoaçando com a menor das brisas, ficaram no passado.

O grande trunfo do uso da plataforma BIM desde a concepção foi a ausência de inconsistências do projeto, uma vez que as incompatibilidades foram resolvidas a

tempo, antes de chegar ao canteiro de obra. Entretanto, na fase de execução da construção civil sempre existem falhas e erros, por ainda se tratar de um processo artesanal. Ainda assim, o sistema auxilia na tomada da melhor decisão em corrigir, adaptar ou até reprogramar algumas soluções.

Ao que se refere às dificuldades da implantação e uso do BIM foram citados a ausência de preparação, especialização dos profissionais que operam os softwares e ainda, o desafio em entender o conceito. Como não há limites na simulação virtual de uma construção, é necessário o domínio completo da tecnologia para se conseguir o resultado desejado. Como desafio, havia uma limitação da altura final do edifício imposta pela legislação municipal. Tal fato influenciou na altura dos pés direitos e a grande necessidade de compatibilização de todo projeto antes que a obra fosse iniciada. Porém, o maior desafio encontrado para o projeto de construção da Sede do Sebrae não foi relacionado ao BIM, mas é de extrema importância este fato ser relatado neste artigo, pois se trata de uma expertise na área de engenharia.

Devido à proximidade do mar, foi encontrado água a menos de um metro e meio de profundidade do terreno, dificultando assim a fase inicial de fundações. A solução para os solos "dentro" da água, dada pela equipe de engenharia envolvida, foi um sistema de drenagem específico, com a implantação de paredes-diafragma em concreto armado, com 18 metros de profundidade. Para a escavação do solo foi empregado o equipamento clamshell, juntamente com o polímero estabilizante das paredes. Este equipamento tem como principal característica a capacidade de executar paredes retangulares com espessura entre 30 cm e 1,40 m. Além do rebaixamento do lençol freático e da construção das paredes-diafragma, foi necessária a alteração do projeto inicial para que contemplasse a execução de lajes de subpressão, devido a pressão hidrostática aplicada pela água presente no solo saturado. Ela ficará em contato direto com o solo e sofrerá maior empuxo da água, com uma pressão aplicada de baixo para cima.

No que tange a justificativa do BIM não estar sendo adotado tão bem e na mesma velocidade quando comparado ao software CAD, em ambos os casos, os envolvidos citaram que a plataforma BIM e seus softwares, mais os equipamentos para suporte desta tecnologia, ainda são muito caros. O CAD é oferecido por baixo custo ou até gratuitamente. Os cursos para capacitação dos profissionais também dependem de um investimento maior quando comparados ao sistema CAD.

Outro problema é que os arquitetos acabam levando muito tempo modelando componentes que são exclusivos daquele determinado projeto e que não poderão ser aproveitados em outros trabalhos. Tal aspecto pode estar relacionado também ao nível, ainda baixo, de industrialização da construção no Brasil, com poucos elementos pré-montados ou pré-fabricados. Disso resulta uma escassez de produtos ofertados em bibliotecas. Portanto, estes fatores ainda dificultam a difusão e adoção do BIM em grande parte dos escritórios de AEC (Arquitetura, Engenharia e Construção).

#### **4 CONCLUSÃO**

Foi de grande valia a oportunidade de estudar dois casos distintos, pois o primeiro caso abordou um escritório de arquitetura que teve como prática realizar a transição do sistema CAD para a plataforma BIM. Já no segundo caso, o escritório de arquitetura, desde sua fundação, já utiliza a tecnologia BIM em todos os seus projetos. Ambos tiveram sucesso em suas iniciativas e também algumas dificuldades. Entretanto, é possível afirmar que, quanto mais cedo se inicia um projeto de construção com as ferramentas BIM, menos surpresas, menos inconsistências e menos retrabalho aparecerão. O custo para esta tecnologia, ainda alto atualmente, é infinitamente menos relevante do que os ganhos com melhor visualização, melhor compatibilização, menos documentação e economia de tempo e custo nas obras.

O futuro de quem opta pelo BIM é um caminho sem volta, ou seja, não haverá mais espaço e relevância para os métodos tradicionais ainda utilizados. Entretanto, para alcançar o brilho que este futuro vislumbra, o Brasil tem muitos desafios pela frente.

Muito já se debateu em congressos e seminários sobre suas dificuldades, investimento alto, falta de mão de obra e falta de padrões de desenho brasileiros, assim como ocorreu no final dos anos 80 com o surgimento da tecnologia CAD no mercado brasileiro.

A solução está em introduzir o conceito BIM e expandi-lo em variadas disciplinas das faculdades de arquitetura e engenharias, contemplando teoria, aprendizagem em equipe, aplicação prática, bem como as ferramentas de comunicação. Esta introdução se dará desde o início do currículo de formação, gerando, assim, a interação com outras temáticas dos cursos (hidráulica, análise de estruturas, gestão e planejamento

da construção, etc.). Tudo isso exigirá dos profissionais já envolvidos e dos futuros profissionais o comprometimento em reunir, filtrar e processar uma quantidade enorme de informações para habilitar os modelos de construção.

Cada vez mais será necessária a presença de engenheiros, com conhecimento e habilidades específicas de construção, pois não se trata simplesmente de desenhar, mas sim realizar construções virtuais, com todas as informações técnicas necessárias para tal. Embora o BIM seja uma ferramenta muito poderosa para uso na área de arquitetura e engenharia, o talento e criatividade destes profissionais jamais serão substituídos.

## 5 REFERÊNCIAS

AMORIM, Kelly. Sétima parte da primeira norma sobre BIM desenvolvida no Brasil está em consulta nacional. **Portal PINIweb**, set, 2015. Disponível em: <<http://construnormas.pini.com.br/engenharia-instalacoes/noticias/setima-parte-daprimeira-norma-sobre-bim-desenvolvida-no-brasil-364396-1.aspx>>. Acesso em: abril de 2016.

AZHAR, S. Building Information Modeling (BIM): Trends, Benefits, Risks, and Challenges for the AEC Industry. **Leadership and Management in Engineering**. p. 241-252, jul, 2011. Disponível em: <<http://ascelibrary.org/doi/pdf/10.1061/%28ASCE%29LM.1943-5630.0000127>>. Acesso em: abril 2016.

BARONI, Larissa L. Os desafios para implementação do BIM no Brasil, **PINI: Construção Mercado**. fev, 2011. Disponível em: <<http://construcaomercado.pini.com.br/negocios-incorporacao-construcao/115/artigo282477-1.aspx>>. Acesso em: abril 2016.

CALMON, Carlos Eduardo. **Implantação do BIM em projetos civis no escritório de arquitetura**. Vitória, 2016. Entrevista concedida a Anderson B. Degasperi, Evilazio M. Neto, Fernanda L. R. Degasperi e Francisco de A. Aguiar em 31 ago. 2016.

CICHINELLI, Gisele C. Especialista em BIM (Building Information Modeling) explica como o conceito pode revolucionar os processos de orçamentação. **PINI: Construção Mercado**, maio 2009. Disponível em: <<http://construcaomercado.pini.com.br/negocios-incorporacaoconstrucao/94/entrevista-299224-1.aspx>>. Acesso em: abril 2016.

EASTMAN, Chuck; TEICHOLZ, Paul; SACKS, Rafael e LISTON, Kathellen. **BIM handbook**: um guia de modelagem da informação da construção para arquitetos, engenheiros, gerentes, construtores e incorporadores. 1 ed. Porto Alegre, Bookman, 2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2007.

LINO, José Carlos; AZENHA, Miguel; LOURENÇO, Paulo. Integração da Metodologia BIM na Engenharia de Estruturas. In: ENCONTRO NACIONAL BETÃO, 2012, Minho. Resumo dos trabalhos. Portugal: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, 2012.

PRATES, Vinícius. BIM avança no Brasil. **PINI: Construção Mercado**, nov, 2010. Disponível em: <<http://construcaomercado.pini.com.br/negocios-incorporacaoconstrucao/112/artigo283816-1.aspx>>. Acesso em: abril 2016.

SIMPÓSIO BRASILEIRO DE QUALIDADE DO PROJETO NO AMBIENTE CONSTRUÍDO: Workshop Brasileiro de Gestão do Processo de Projeto na Construção de Edifícios, 9, 2009, São Carlos. BIM: Conceitos, cenário das pesquisas publicadas no Brasil e tendências. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

TAVARES, Hugo Giuberti; MACHADO, Claudio. **BIM Multidisplinar**: Processo de adoção do BIM pela Construtora Lorenge S.A. 2015. Palestra realizada na Autodesk University Brasil em 3 set. 2015.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso**: Planejamento e Métodos. Trad. Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

## **TOSTÃO. TEMPOS VIVIDOS, SONHADOS E PERDIDOS: UM OLHAR SOBRE O FUTEBOL. SÃO PAULO: COMPANHIA DAS LETRAS, 2016**

Leandro Siqueira Lima<sup>1</sup>

### **RESENHA**

Nos últimos anos, além das crônicas publicadas duas vezes por semana na *Folha de S. Paulo*, Tostão, ex-jogador de futebol campeão do mundo em 1970, publicou dois trabalhos importantes: o artigo “Futebol, metáfora da vida”, que incorpora a coletânea de estudos *Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança*, organizado por André Botelho e Lilia Moritz Schwarcz, Editora Companhia das Letras; e outro mais recente, o livro *Tempos vividos, sonhados e perdidos: um olhar sobre o futebol*, publicado também pela Companhia das Letras. Neste, Tostão, aproveitando o maior espaço que o livro permite, irá apresentar-se de forma, digamos, ainda mais paciente na tentativa de explicar seus pontos de vista. É que o cronista, como é conhecido o craque nas letras, revela-se um escritor ainda mais consciente de suas discussões, ainda mais convicto de suas ideias e, por isso, mais tranquilo na maneira com que explica a forma como vê o futebol, a sociedade, a política, a vida e os seres humanos.

Nele, encontram-se textos sempre em primeira pessoa, com muitas referências à sua biografia, com vários relatos de experiências que viveu, revelando o ser humano Tostão, humanista – se podemos falar assim – antes mesmo do craque da seleção brasileira, antes ainda do escritor que se revelou ser nas últimas décadas. Vale, então, sobre esse ponto, dar nota de uma história em especial: a de seu retorno do Japão, em 2002, quando, pela *Folha de S. Paulo*, foi cobrir o Mundial de Seleções.

O capítulo 12 “A volta por cima” (dos 19 apresentados no livro) é concluído num relato que pode ser resumido em dois pontos: a sua emoção em ver no estádio, pela segunda vez, a seleção brasileira ser campeã mundial (a primeira foi com ele em campo, vencendo a Itália na final de 1970 no México); e a ocasião do voo de volta ao Brasil, em que teve de atuar como médico, quando uma passageira, brasileira inclusive, teve um AVC durante a viagem.

---

<sup>1</sup> Doutor em Letras pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Docente na MULTIVIX Serra e Vitória. E-mail: leandrolima@yahoo.com.br.

As duas passagens mostram bem a forma como Tostão encara a vida e como dela faz proveito. Parece-nos, tudo se desenrola em razão das emoções e de certo sentimento de alteridade, de se ver realizado, como ser humano e médico, naquilo que qualquer pessoa entende – ou deveria entender – como signo da dignidade que nos coloca em posição de equidade.

Pelo caráter especial que as duas situações encerram, preferimos, simplesmente, reproduzi-las aqui:

Hoje, queria ser apenas um torcedor. Ter vindo caminhando até o estádio, vestido com uma camisa amarela. Dançando, cantando e enrolado numa bandeira brasileira. Queria ter assistido ao jogo no meio da galera. Gritando, sambando e aplaudindo os jogadores do início ao fim.

[...]

No voo de volta, uma senhora brasileira, que tinha ido ao Japão por outros motivos, teve um acidente vascular cerebral, e eu e uma passageira médica fizemos o primeiro atendimento. Avisamos ao comandante que deveríamos descer o mais rápido possível, para ela ter chances de sobreviver. Descemos no Alasca, onde já havia uma ambulância esperando. [...] Não tive mais notícias da passageira. Espero que tenha sobrevivido.

Estas duas passagens são um retrato do que encontramos no sujeito por detrás das crônicas e desse último livro que o autor publicou, há pouco mais de um ano. Além de ser um autor que consagra em seus textos princípios éticos, Tostão mostra-se um homem comum, que se alegra profundamente nas situações corriqueiras, que se emociona, que prefere essa parcela da vida como a que mais se deve valorizar. É desses seres-humanos que vê felicidade no ato de ajudar. Ser médico não é para Tostão a expressão da vaidade, como se vê nessa sociedade que transfere para a profissão os valores maiores da satisfação sobre os outros, do status e do reconhecimento financeiro. Quem lê suas crônicas não se surpreende com o relato. Tostão, como dizem muitos dos que o conhecem pessoalmente, é esse cara.

Esse último livro de Tostão é uma ótima leitura para os que querem refletir sobre o futebol arte – Tostão continua defendendo, explicando e se refazendo em sua teoria estética do jogo de futebol; é fundamental para os que querem pensar o futebol como prática coletiva que estimula a interpretação da sociedade a partir de como se joga esse jogo; e, ainda, é material importante para quem quer levar a fundo o princípio de que é possível vencer, no campo e na vida, jogando “bonito” e, fundamentalmente, sem perder de vista as condutas éticas.



*Tempos vividos, sonhados e perdidos: um olhar sobre o futebol* é publicação fundamental para quem gosta e goza o futebol, mas que também quer pensá-lo. O escritor Tostão, o cronista Tostão e o ex-jogador de futebol campeão mundial de seleções continuam torcendo, vibrando e analisando o futebol e a sociedade, porque também vivem neles.